

CLÉLIA APARECIDA MARTINS

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:  
BASES POLÍTICAS DE SUA IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1989

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

CLÉLIA APARECIDA MARTINS

Este exemplar corresponde à re  
dação final da Dissertação de  
Mestrado defendida por Clélia  
Aparecida Martins e aprovada  
pela Comissão Julgadora.

Em: 15/ 8/19 89

La Canido

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BASES POLÍTICAS DE SUA IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1989

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de Administração e Supervisão Educacional, à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Letícia Bicalho Canêdo.

COMISSÃO JULGADORA

Antônio Carlos

Almeida

Antônio

A

Altino, Tereza e Sê,  
com esperança.

## AGRADECIMENTOS

A

CAPES e a FAPESP,

pelas bolsas concedidas;

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LETÍCIA BICALHO CANÊDO,

pela orientação firme e esclarecida;

JOSÉ LUIZ, ANTENOR, MARÍLIA, ILKA e CARMINHA,

pelo apoio.

## RESUMO

O trabalho refere-se a uma análise da criação e estruturação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no período de 1931 a 1945.

A pesquisa, procurando esclarecer a relação da Secretaria com a conjuntura política do momento, considerou dois grupos distintos, atuantes na sociedade civil: os educadores do Movimento da Escola Nova e os técnicos do IDORT. Ambos tinham em comum o propósito <sup>de</sup> modernização da sociedade brasileira.

Alguns membros do Movimento da Escola Nova definiram as funções técnicas da Secretaria de forma a possibilitar a manutenção da ação planejada sobre o sistema de ensino, e nãs mais diversas áreas relacionadas ao processo pedagógico.

O IDORT elaborou, com base em princípios tayloristas, um projeto de reorganização administrativa do poder público. A dinâmica do processo de trabalho interno da SESP foi estruturada segundo as diretrizes do projeto idortiano.

A atuação do IDORT se complementa com a dos educadores da Escola Nova. Enquanto os órgãos técnicos, criados pelos educadores, ditaram os rumos a serem seguidos pela educação paulista, o IDORT, ao organizar o processo de trabalho interno da SESP, sustentou uma estrutura hierárquica, que definiu e delimitou as atividades de planejamento e execução do aparelho educacional.

O resultado foi uma administração do ensino baseada na divisão do trabalho e permeada por proposições ideológicas que, na época, atendiam aos interesses políticos da União e a té hoje conduzem as diretrizes do aparato escolar paulista.

## SUMÁRIO

	PÁGS.
INTRODUÇÃO.....	01
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1931/1933: BASES POLÍTICAS DAS FUNÇÕES TÉCNICAS DA EDUCAÇÃO PAULISTA</b>	<b>11</b>
1. Harmonia: o desempenho do controle pelos órgãos técnicos.	18
2. Saúde: a instituição da normalidade física.....	25
3. Nacionalidade e fiscalização ideológica.....	36
4. Capacitação para o trabalho: a valorização do ensino público	44
5. Competência técnica e prática hierarquizada nos serviços edu cacionais.....	57
NOTAS.....	60
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>1934/1936: TAYLORISMO NO TRABALHO INTERNO DA SESP.....</b>	<b>73</b>
1. Comunicação: formalidade e sigilo.....	80
2. Cronometragem do tempo.....	86
3. Carreira e penalidades.....	89
4. Democracia...(organizacional!?)e ensino paulista.....	92
NOTAS.....	96
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>1937/1945: ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PAULISTA ENQUANTO REDUTO DE EM- PREGOS.....</b>	<b>101</b>
1. A ampliação do número de cargos.....	102
2. Modernização e ajustamento ideológico.....	108
Notas.....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>QUADROS.....</b>	<b>123</b>
<b>ORGANOGRAMAS.....</b>	<b>128</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>133</b>



## INTRODUÇÃO

Esta monografia resultou das minhas vivências como aluna do **Mestrado em Administração e Supervisão Escolar**. Dentre elas, o contínuo contato com as denúncias relativas à distância entre os que planejam e pensam a educação escolar e aqueles que cuidam e sofrem mais de perto com as questões ligadas a ela: professores e estudantes. Não encontrava, porém, em tais denúncias, referenciais ou compreensão do desempenho das instâncias administrativas que sustentavam tal polaridade. Um fator me pareceu contribuir para a existência desta lacuna: a dificuldade do educador em superar a visão pedagoga da educação como técnica, não<sup>3</sup> apreendendo . como um processo complexo.

Esta circunstância estimulou o interesse pela pesquisa documental sobre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que fora aguçado quando, num levantamento preliminar, constatou-se:

- . a ausência de trabalhos aprofundados sobre a vida de uma organização responsável pela administração escolar, bem como a atuação da referida instituição no âmbito das conjunturas. A bibliografia existente versava sobre estudo comparativo da Secretaria da Educação <sup>com</sup> o ideal burocrático weberiano, objetivando ampliar a dinâmica e o poder da burocracia escolar<sup>1</sup>, ou

---

1 - Como é o caso do trabalho de Charles Richard Lindaker, **Burocracia Weberiana na Estrutura Educacional do Estado de São Paulo**. Campinas, Unicamp e Inep, 1.974.

então sobre reformas que as Secretarias Estaduais de Educação sofreram a partir das transformações do Estado brasileiro nas décadas de 60 e 70, tendo como objeto de análise os diagnósticos que avaliaram as mesmas<sup>2</sup>, os bloqueios e desvirtuamentos das modernizações que lhes eram imprimidas<sup>3</sup>, o poder e papel do Ministério da Educação e Cultura, frente às mesmas<sup>4</sup>;

- . a existência de uma Resolução da Secretaria referente ao estabelecimento de projetos prioritários para uma nova reorganização de sua estrutura<sup>5</sup>. Sem conhecimento crítico sobre as reestruturações anteriores, a nova necessidade de reestruturação estava sendo justificada com base na necessidade de modernização de seu aparelho administrativo. A preocupação residia na descentralização de seus serviços, visando a atingir maior eficiência nos mesmos.

Após a pesquisa preliminar, delimito o trabalho no período de 1931 a 1945, porque, não existindo pesquisa históri-

- 
- 2 ABBID, Jorge José. As Secretarias Estaduais de Educação e a Administração dos Sistemas de Ensino. Brasília, M.E.C., 1980
  3. DEBRUN, Michel. "Reformas das Secretarias Estaduais de Educação e Cultura: Dificuldades e Descaminhos", in: Revista Brasileira de Estudos e Normas Pedagógicas, vol.56, j an./set., 1971.
  4. FÁVERO, Osmar. "Política Educacional Brasileira - A Competência, o Poder e as Limitações do M.E.C.", in: Revista Forum de Educação, 5(2), 29-38.
  5. Resolução número 154, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 01.08.1983. A tarefa, neste mesmo ano, foi delegada à FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo Paulista) pelo então Secretário da Educação Paulo de Tarso Santos e continuada na gestão de Paulo Renato da Costa Souza.

ca realizada sobre a SESP,<sup>7</sup> nem histórico específico de nenhuma Secretaria de Educação, cuidei ser melhor estudar esta sua organização a partir de sua criação, dentro do processo de institucionalização da organização escolar no Brasil.

Neste processo, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, assinalou o primeiro passo em direção à intervenção sistemática e cada vez mais profunda do Estado, tanto em matéria educacional como em matéria de saúde pública — esta até então polarizada por médicos como Belizário Pena, Artur Neiva, Oswaldo Cruz, integrantes do movimento sanitarista e higienista<sup>6</sup>, Um movimento que acabou sendo inviabilizado em função da crescente burocracia das atividades de saúde, ocorrida com a criação do Ministério.

Avaliada em função de outras alterações na sociedade brasileira, a intervenção do poder público nestas esferas destaca as mudanças ocorridas na natureza do Estado e de suas funções na sociedade. As preocupações com modernização e eficiência organizacional, daí resultantes, tornam esta pesquisa mais relevante.

Em matéria educacional, esta relevância se destacou, principalmente, com o fato de que a educação escolar passou, naquele momento, a nutrir a crença de poder moldar a sociedade a

6. Conforme o artigo "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia da Construção da Nacionalidade" de Luiz de Castro Santos. in: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, volume 28, número 2, 1.985.

7. Nas várias referências sobre a Secretaria da Educação, contidas no trabalho, sua denominação será assim abreviada.

partir da "formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilização social e participação"<sup>8</sup>. Necessária para a nova sociedade que se pensava mais organizada, produtiva e moralizada, a educação escolar passou a desfrutar de maior importância política.

No Estado de São Paulo, foi possível constatar, via análise de organogramas, uma progressiva ampliação dos serviços educacionais, com a canalização, para o aparato da educação escolar, dos serviços de saúde. Neste trabalho, o foco de estudo localizou-se na organização dos serviços administrativos da educação constantes da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo.

Para a análise das transformações ocorridas na estrutura educacional paulista foram delimitados três grandes períodos, considerando que a SESP, apresentou preocupações diversificadas nos quatorze primeiros anos de sua estruturação. A periodização destas preocupações, coincidiu com as mudanças nas conjunturas políticas. Com isso, porém, não se quis ignorar o fato de que estas mudanças na SESP, sustentaram as orientações imprimidas pela capacidade de educadores que atuaram na administração do aparelho escolar paulista da época, visando dar corpo a iniciativas da década anterior.

Estas iniciativas foram expressas na fala solta dos pro

8. SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: EDUSP, 1984, p.51 e segundo o autor, na página 17, "as esperanças postas na Educação naqueles anos eram enormes, e (...) todos esperavam, cada qual a sua maneira, que o Ministério da Educação desempenhasse um papel central na formação profissional, moral e política da população brasileira, e na constituição do próprio Estado Nacional".

fissionais da educação na Conferência Interestadual do Ensino Primário (1921), no IV Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e Superior(1922) e intensificadas com a criação da Associação Brasileira de Educação - A.B.E., em 1926, que promoveu as Conferências Nacionais de Educação em 1927, 1928 e 1929 sucessivamente.

Essa fala dos educadores, na década de vinte, ficou restrita às questões gerais baseadas em exemplos estrangeiros e na troca de experiências. Procurou unificar pontos de vista, mas não apresentou um plano orgânico de educação, apesar de ter nutrido uma percepção romântica do poder da educação escolar, ao buscar na expansão da escola primária e profissional, e na modernização do aparelho administrativo do ensino, a solução das principais questões sociais, políticas e econômicas.

Frutos dessas pretensões, foram as reformas lideradas por vários educadores, em diferentes Estados do país, tendo início em São Paulo, no ano de 1920, a reforma liderada por Sam paio Dória, seguida das reformas ocorridas no Ceará em 1923, com Lourenço Filho; na Bahia, também em 1923, com Anísio Tei xeira; <sup>em</sup> Minas Gerais, em 1927, com Francisco Campos; no Distrito Federal, em 1928, com Fernando de Azevedo. A criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920 e da Universidade de Minas Gerais em 1927; a reorganização pela União em 1925, das escolas secundárias e superiores e a reformulação do ensino técnico-profissional em 1926, também derivaram dessas pretensões.

educadores, dada a ausência de elaboração de uma política orgânica por parte das elites governamentais e deram início à divisão das atividades administrativas das técnico-pedagógicas e todo um processo de burocratização do sistema escolar que foi mais avançado nos anos 30<sup>9</sup>.

Assim, no Estado de São Paulo, de 1930 a 1931, os órgãos que respondiam pela educação foram palco de atuação dos membros do movimento da Escola Nova. Como se sabe, a vanguarda escolanovista reivindicou uma escola única, custeada pelo Estado, além de uma nova organização educacional. Para tal pensou na preparação de técnicos e na remodelação do aparelho administrativo, com processo de trabalho mais científico e racional para atendimento do novo momento político e social por que passava o país. Esta fase na SESP foi caracterizada pela crescente criação de órgãos consultivos e técnicos para assistir às diferentes áreas do ensino, e também à cultura, iniciando o princípio do encaminhamento técnico no âmbito da política educacional.

Na segunda fase —1934-1936— o fato fundamental a determinar os rumos futuros da organização educacional do Estado de São Paulo, foi o manifesto abandono de uma posição liberal em favor de outra mais intervencionista, com base em métodos racionais. Para tanto, o Governo de Armando de Salles Olivei

9. Sobre as reformas e o movimento da Escola Nova na década de vinte, consultar: NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: E.P.U.; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974/1976.

ra encomendou um estudo para a administração pública (no qual a SESP foi priorizada) ao Instituto de Organização Racional do Trabalho, o IDORT, entidade do empresariado industrial, que tinha por finalidade difundir o método de Taylor para imprimir racionalidade aos serviços públicos e às empresas privadas, de forma a promover o **desenvolvimento da nação** .

A terceira fase (1937-1945), que se iniciou com a instauração do Estado Novo e a supressão dos mecanismos políticos que caracterizam os sistemas democráticos e representativos , implicou em uma expansão dos órgãos da educação na SESP, seguida da centralização do poder administrativo sobre os mesmos e, ainda, da ampliação de cargos, com posterior estabilização da estrutura da SESP.

A pesquisa documental teve como fontes, basicamente, os decretos estaduais que afetaram a SESP, e os federais que, mesmo de forma indireta, dissessem respeito ao objeto de estudo, sendo todos localizados na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo.

A restrição desta pesquisa aos decretos deu-se em virtude da inexistência de arquivos organizados na Secretaria da Educação paulista. Embora haja o setor de **Arquivo Central**, este possui apenas processos de seus quadros de funcionários a partir de 1938, referentes à contratação, aposentadoria, demissão e transferência. Segundo seus responsáveis, os demais processos e documentos administrativos tiveram seu fim por não terem sido considerados de muita importância <sup>por</sup> existirem

paço para todos. Assim, em termos de documentação primária, foi impossível contar com memorandos, relatórios, cartas ou qualquer outro tipo de fonte produzida no interior da Secretaria de Educação na época. Daí a pesquisa ter centrado-se na legislação.

Uma segunda etapa da pesquisa deteve-se nas teses defendidas pelos educadores da Escola Nova na época (localizadas em livros, depoimentos e anuários constantes na bibliografia), e também, às proposições, objetivos e propostas do IDORT (encontradas nos 106 volumes da RAGE - Reorganização Administrativa do Governo do Estado - e nas revistas mensais publicadas pelo Instituto durante o período delimitado, localizados no **Arquivo Edgard Lewenroth** da Unicamp). Para melhor conhecimento das proposições concretizadas do IDORT, no tocante aos serviços educacionais, foi necessário, ainda, ir ao pensamento de Armando de Salles Oliveira, condutor de reformas do aparelho público paulista no período em que exerceu o cargo de governador do Estado. Através da leitura de seus depoimentos, discursos e propostas, condensados em quatro volumes, também localizados na Biblioteca Mário de Andrade em São Paulo, suas posições sobre administração pública, educação e organização educacional ficaram claras, evidenciando similaridade com as do IDORT.

O tema foi abordado procurando levar em conta que as questões ligadas à SESP não podiam ser isoladas de determinados fatores, tais como as relações entre Estado e sociedade ci



junto da sociedade. Para tanto procurou-se considerá-la elemento integrante da conjuntura política no âmbito regional e nacional do período delimitado. Paralelamente, o aprofundamento analítico da sua forma de organização interna e adaptações à tal conjuntura foi realizado.

Além disso, não se deixou de considerar as peculiaridades próprias a qualquer instituição, que acabam por influir também no contexto em que a mesma se situa. Nesse sentido, foi dada prioridade à análise do funcionamento interno da SESP, considerando suas condições de trabalho, seu sistema de autoridade e a ideologia que a permeava, além do comportamento que seu corpo técnico procurava imprimir dentro e fora dela.

Os fatores relacionados a sua forma de organização foram buscados na proposição daqueles que nela atuaram (IDORT, Armando de Salles Oliveira e educadores da Escola Nova) e nos seus próprios documentos. Os relativos à conjuntura foram pesquisados em obras sociológicas, econômicas e políticas que retratam a época (constantes na bibliografia deste trabalho).

As fontes documentais foram catalogadas e fichadas por ordem de data. Após a leitura das mesmas, em forma de um segundo fichário, foi feita a classificação temática. O mesmo procedimento também se teve para com as leituras teóricas.

O trabalho com os decretos da SESP permitiu à pesquisadora a elaboração de quadros e organogramas, acompanhando sua evolução e facilitando o entendimento de sua complexidade organizacional.

Vale ressaltar que embora o trabalho tenha sido realizado

ordem cronológica mais ou menos linear para maior visualização da estruturação dos serviços educacionais, isto não impediu de se fazer a agregação temática do material pesquisado.

## CAPÍTULO I

### BASES POLÍTICAS DAS FUNÇÕES TÉCNICAS DA EDUCAÇÃO PAULISTA

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e, conseqüentemente, da Secretaria da Educação e Saúde Pública no Estado de São Paulo, no início dos anos 30, esteve relacionada às crises econômicas e políticas da sociedade brasileira na década anterior. Estas crises ensejaram mudanças no sistema político nacional, trazendo profundas transformações na natureza do Estado — passagem de um Estado Constitucional para o Estado de exceção e das suas funções na sociedade. Da <sup>su</sup> crescente intervenção, exigindo subseqüentemente uma administração pública calculável, emergindo para tal, um longo processo de racionalização.

Não coube aqui a análise dos movimentos políticos das décadas de 20 e 30 e suas bases sociais <sup>1</sup>. Não obstante, para compreensão da Secretaria da Educação e Saúde Pública, enquanto aparato do poder público criado na década de trinta, fizeram-se necessárias algumas considerações sobre a natureza do Estado brasileiro, onde as mais significativas decisões políticas foram tomadas por uma elite técnico-burocrática dentro do governo.

Os últimos anos da Primeira República foram períodos de crise em que as oligarquias dos tr

tiveram que enfrentar os movimentos de contestação ao regime republicano instalado em uma sociedade basicamente rural, onde a mobilidade social foi mantida ao mínimo.

Entretanto, as transformações acontecidas durante a década de vinte, nos planos econômico (crise no setor de exportação cafeeiro, intensificação do surto de urbanização e industrialização), social (consolidação da classe operária, aparecimento de novas formas de organização dos trabalhadores e de parte dos empresários), político (criação do Partido Democrático, do Partido Comunista e movimento tenentista) e cultural (Semana de Arte Moderna, integrando o movimento modernista; movimento de renovação literária e cultural, liderado por Gilberto Freyre, entusiasmo pela educação e esforços de alfabetização por parte de organizações como a Liga de Defesa Nacional e Liga Nacionalista de São Paulo) tornaram impossível a manutenção dessa situação forçada.

Mesmo assim, a elite governamental mostrou-se incapaz de incorporar os novos setores sociais em expansão nos centros urbanos, insistindo em governar o país por cima da população agitada das capitais.

A República, na verdade, não havia fechado o caminho do autoritarismo. Pelo contrário, alargou a mentalidade voltada para um autoritarismo ilustrado, baseado na competência presumida de técnicos. A influência do pensamento positivista

rante o processo de implantação da República, enfatizou a idéia de progresso pela ciência, contribuindo para reforçar uma postura tecnocrática e autoritária frente às questões sociais.

A ascendência desse republicanismo autoritário foi reconhecida no Rio Grande do Sul por meio do "castilhismo", que Antonio Paim chegou a denominar de doutrina política. Baseada na filosofia de Comte, isto é, na defesa do poder, não como derivado de Deus ou da representação, mas do saber, esta doutrina, com a ascensão de Vargas à Presidência do país, teve seus princípios influenciando a vida política nacional <sup>2</sup>.

Ao acasalar ciência a política, o Governo Vargas fez do poder político a condição para educar a sociedade na busca do bem comum. A administração pública foi peça fundamental do complexo jogo entre Estado e sociedade. O poder foi sendo implementado por uma elite administrativa localizada no Estado.

O cenário político, ao mesmo tempo que emergiu como sistema de amparo e proteção às massas populares, teve em suas instituições um grupo limitado de pessoas ou personalidades que atuaram de forma determinada sobre a produção, distribuição, consumo de bens e relações a partir daí realizadas <sup>3</sup>. Vargas usou a administração pública como instrumento de cooptação e controle.

Com a abertura dos aparelhos estatais a grupos técnicos, a administração assumiu o papel de promotora da técnica e trouxe este cunho à ingerência estatal, também em questões educacionais. O Estado, respaldado por um corpo técnico, tornou a educação um instrumento de unidade moral, política e econômica da Nação.

Alguns membros do Movimento da Escola Nova, favorecidos pela conjuntura em que o Estado empreendia esforços no sentido de estender sua tutela ao campo educacional, assumiram postos de direção do ensino, remodelaram os serviços educacionais, aparelhando-os tecnicamente e estabelecendo processos científicos na solução de seus problemas.

Estes homens, como portadores de um certo saber técnico e não imediatamente identificados com a militância partidária, foram pensados, neste trabalho, como formuladores da política educacional do Governo Vargas. Aliás, uma tarefa facilitada pela criação de órgão central administrador da educação e da política educacional — Ministério da Educação e Saúde Pública — que lhes abriu espaço de decisão.

Assim, dentro do processo de centralização político-administrativa, os educadores daquele movimento tiveram a oportunidade de elaborar estudos e sugestões relativas ao setor, e também de <sup>ampliar</sup> seu espaço de atuação política.

No Estado de São Paulo, junto a Sud Mennucci, três desses educadores tiveram atuação expressiva sobre a organização administrativa educacional: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e A.F. de Almeida Jr..

As medidas tomadas pelos educadores incidiram sobre a fixação das diretrizes da educação nacional, ou seja, a educação conceituada como instrumento à serviço tanto da unidade moral e política da nação, como de sua unidade econômica. Os temas da Secretaria se voltaram para o aparelhamento técnico e a condução do ensino nos novos moldes do ensino cívico, de nacionalismo e condução da cultura, de preparação para o trabalho, disciplinamento físico, mental e moral de alunos, docentes e funcionários.

Estes temas não foram escolhidos ou priorizados em detrimento de outros, pois que os mesmos sintetizaram toda a estruturação dos serviços educacionais nesse período, embora uma ou outra gestão não tenha abrangido a totalidade deles.

Os serviços educacionais da SESP, ao serem estruturados a partir dos interesses que envolveram essa ampla temática, estavam em consonância com o encaminhamento da educação num âmbito mais geral, ligada às mudanças na tecnologia industrial e ao tipo de organização do trabalho — predominância da grande

composição profissional e técnica da mão-de-obra industrial— surgimento de um proletariado nacional de baixa qualificação.

A organização do ensino paulista, nestes primeiros anos, foi vista através da atuação mais detalhada dos seguintes educadores frente à Secretaria: Lourenço Filho, entre 27-10.1930 e 23.11.1931; Sud Mennucci, entre 24.11.1931 e 26.05.1932 e ainda, entre 07 e 24.08.1933; Fernando de Azevedo, entre 28.12.1932 e 25.07.1933<sup>4</sup>.

Embora as três gestões tenham caminhado com um único fim, es tampado no propósito básico de estruturar a organização dos serviços administrativos educacionais, de forma a capacitá-la a intervir racionalmente sobre o processo pedagógico, cada qual demarcou características distintas. Isto porque, embora todos fossem membros do Movimento da Escola Nova, estão incluídos, sob o rótulo de "**Educadores da Escola Nova**", profissionais cujas trajetórias na educação não foram similares, e cujas obras respondiam a demandas de setores diferentes das classes dirigentes<sup>5</sup>.

Assim, enquanto Fernando de Azevedo e Lourenço Filho eram membros assumidos do Movimento da Escola Nova e educadores reconhecidos a nível nacional, Sud Mennucci era um educador conhecido apenas no âmbito regional, sem ligações fortes



niciou sua carreira na zona rural do Estado, vindo para São Paulo no ano de 1920, chefiando, também a convite de Sampaio Dória, o recenseamento escolar do Estado. Voltou, após esta tarefa, para o interior, no exercício do cargo de Delegado do Ensino. Enquanto isto, nesta década, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo lançaram-se a nível nacional, por meio das reformas educacionais que promoveram, respectivamente, no Estado do Ceará e no Distrito Federal.

Além de obras publicadas, os três atuaram no jornalismo e na crônica literária. Lourenço Filho trabalhou como redator do **Jornal do Comércio** e foi colaborador na **Revista do Brasil**; Fernando de Azevedo e Sud Mennucci escreveram no **Correio Paulistano** e eram colaboradores do jornal **O Estado de São Paulo**.

Devido à produção intelectual paralela à carreira pública, eles desempenharam, na nomeação dada por Max Weber, o papel de **funcionários intelectuais** <sup>8</sup>.

O acesso desses educadores a postos de destaque no aparelho da educação © COPIADO NUMA conjuntura em que Sampaio Dória empreendia esforços no sentido de remodelar o sistema de ensino público do Estado de São Paulo. Assim, tal fato deu-se às custas de vantagens estritamente escolares, e não por pertencerem a famílias oligárquicas como até então acontecia com altos funcionários cooptados pelo poder público.

Foi possível observar, ainda, que tanto Fernando de Azevedo quanto Lourenço Filho portavam uma formação bacharelesca e, como se sabe, o papel do bacharel em Direito no Brasil sempre esteve vinculado à centralização do Estado, paralelo ao crescimento de funcionários públicos<sup>9</sup>.

Mas estes administradores e ideólogos da educação, portadores de formação elitista e com uma prática limitada pela própria tradição brasileira de centralização administrativa e política, desempenharam papel relevante no cenário educacional brasileiro. Chamaram a atenção para a importância da educação num contexto que relutava a ela e suscitaram o valor de diversos aspectos componentes do processo pedagógico, até então ignorados. Neste sentido é que procuraram estruturar os serviços educacionais paulistas.

#### 1. **Harmonia: o desempenho do controle pelos órgãos técnicos**

A criação de órgãos, serviços, conselhos, e o corpo técnico responsáveis pelas diversas áreas da educação na SESP refletiu a linha política adotada pelo governo de Getúlio Vargas. O encaminhamento técnico das questões e os órgãos técnicos acenaram como uma forma de superação do anacronismo, até então existente, nas estruturas político-administrativas.

De acordo com o pensamento político predominante, os técnicos "entendidos no assunto" com um "caráter meramente profissional, sem objetivos de luta e conquista política",<sup>10</sup> deveriam substituir as elites políticas, consideradas incapazes de contribuir para a representatividade social<sup>11</sup>. Mais especificamente, as teses de Alberto Torres e Oliveira Vianna, sustentavam a criação de órgãos e conselhos técnicos como um caminho "democrático"<sup>12</sup> de organização social, pois que supririam a "incapacidade técnica das elites propriamente político-partidárias para realizarem a obra de administração do governo"<sup>13</sup>.

Garantir a existência do corpo técnico nas instituições sociais, era assegurar uma relação harmônica no interior das mesmas e entre elas. Na medida em que o técnico trazia consigo um discurso científico, neutro, mantinha certa credibilidade: estava descomprometido com os interesses de classes e não inserido em disputas sociais e políticas, podendo, por isso, instituir no lugar das mesmas a harmonia.

A partir de então, as mais importantes decisões da área educacional passaram a ser tomadas por administradores profissionais. Os administradores do ensino paulista, focalizados nestes primeiros anos, ao organizarem o aparelho e pessoal técnico, procuraram assegurar a despolitização da parte política que cabia à esfera educacional.

Lourenço Filho, embora denunciasse a burocratização das instituições pedagógicas, e seu conseqüente oficialismo<sup>14</sup>, defendia a centralização do poder através de serviços técnicos para que a ação administrativa pudesse fazer "funcionar na **devida forma**(...) **cada parte do trabalho, implicando na divisão de tarefas e demarcação conseqüente da esfera de responsabilidade e níveis de autoridade**"<sup>15</sup>. Criou, na administração da educação pública paulista, o Serviço de Assistência Técnica com sete assistentes técnicos, respondendo, cada um, individualmente, pela educação física, ensino de música, psicologia aplicada, ensino profissional e vocacional, ensino normal, ensino primário e ensino secundário.

Tal Serviço de Assistência Técnica para Sud Mennucci, possuía um ar "irritante de fiscal", o que exigia, para ser superado, que se redobrasse o "rigor da parte propriamente **diretiva e orientadora do ensino**"<sup>16</sup>. Daí transformá-lo em **Serviço de Orientação e Fiscalização do Ensino**, com um número de dezoito técnicos. A ampliação foi justificada pelo propósito "de entregar cada serviço especializado à responsabilidade de um chefe, para que este o fizesse progredir pelo seu esforço e pelo seu trabalho"<sup>17</sup>.

Embora Sud Mennucci tecesse críticas à feição fiscalizadora dos técnicos da gestão anterior, é em sua administração que os conceitos de

cresceram. Ele ampliou o número de inspetores escolares em mais de 30% e o de delegados regionais em mais de 100%, e **"delegou aos mesmos verificar com cuidado e meticulosamente, o que estão fazendo os professores, se eles(..) não se perdem em práticas absurdas e contra-producentes"**<sup>18</sup>. Para efeito de **"maior divisão do trabalho"**, agrupou os técnicos do Serviço de Orientação e Fiscalização do Ensino em quatro comissões de **inspeção geral**: dos ginásios, das escolas normais, das escolas **profissionais**, do ensino primário. Todas estas comissões **interviriam** no processo pedagógico, visto que suas incumbências **estiveram** centradas no desenvolvimento dos programas escolares por meio de sugestões e modificações nos métodos, processos e orientação adotados **"pelos professores para que o trabalho escolar se tornasse cada vez mais eficiente"**<sup>19</sup>.

O Serviço de Orientação e Fiscalização do Ensino transformou-se, na gestão de Fernando de Azevedo, em quinze **órgãos técnicos**<sup>20</sup>, cada qual com estrutura própria. Na justificativa de criação destes órgãos foi denunciada uma **"situação irregular"** na organização educacional paulista, devendo a mesma passar por uma **"adaptação progressiva às novas exigências do meio social"** visto que havia **"leis antiquadas, inoportunas, antagônicas"** que causavam **"embaraços à administração e entraves ao desenvolvimento normal do aparelho escolar do Estado"**<sup>21</sup>. Porém, os órgãos técnicos, então criados, não dispuseram de ampla autonomia no desempenho de suas funções.

tor do Departamento de Educação, centralizá-los e coordená-los, bem como "elaborar e propor" reformas e medidas condizentes ao "aperfeiçoamento e extensão crescente do sistema escolar"<sup>22</sup>.

Como a "harmonização e eficácia" no sistema escolar exigia, além do "aparelhamento, a organização de pessoal especializado"<sup>23</sup>, Fernando de Azevedo também tomou providências relativas à capacitação de docentes. Delegou ao Diretor Geral do Departamento de Educação — cargo que então exercia — várias medidas, como: promoção de cursos de férias de aperfeiçoamento, de especialização ou de vulgarização; designação ou contratação de técnicos e especialistas, nacionais e estrangeiros, para professá-los de acordo com programas teóricos e práticos devidamente aprovados; designação de professores e outros profissionais de valor e de aptidões reconhecidas, para realização de estudos *in loco*, de organizações e sistemas escolares, ou para fazerem cursos de aperfeiçoamento e de especialização, em instituições nacionais e estrangeiras<sup>24</sup>.

Para manter um "espírito de continuidade" na organização do ensino, Lourenço Filho criou o Conselho de Educação<sup>25</sup>, composto de assistentes técnicos para o ensino primário, normal e profissional, e para a psicologia aplicada. Dele fazia parte também o Diretor Geral da Secretaria do Departamento de Educação com quatro membros.

rio, eleitos anualmente e escolhidos entre professores dos Ginásios do Estado, das Escolas Normais, das Escolas Profissionais e dos grupos escolares da Capital.

A criação de Conselhos respondia, ainda, ao pensamento político que Oliveira Vianna representava: como pequenas "corporações profissionais", mantinham a função mediadora do Estado, reduzindo a distância entre governo e povo, já que possibilitavam a participação e auxílio de representantes das classes sociais e econômicas nas estruturas do governo<sup>26</sup>.

Assim, o Conselho de Orientação Artística, também criado na SESP por Lourenço Filho, esteve atrelado aos Sindicatos de Artes Plásticas e aos de Artes Musicais do Estado de São Paulo, por meio de seus representantes<sup>27</sup>; e o Fundo Escolar, criado por Fernando de Azevedo, contava, para o "aperfeiçoamento da educação em todos os graus", com a atuação "cooperativa" de qualquer "cidadão de influência social" e de "diretores de grandes empresas, ou representantes de associações de classes ou sociedades técnicas e científicas"<sup>28</sup>.

O Conselho de Educação, também reestruturado por Fernando de Azevedo, foi definido como "órgão social", constituído "de representantes das classes sociais mais diretamente interessadas na organização e desenvolvimento do sistema escolar do Estado".

educação, integrando as instituições escolares na sociedade e proporcionando a esta, por intermédio de seus representantes, "os meios e oportunidades de participar diretamente na organização e desenvolvimento do sistema educacional do Estado". A composição deste Conselho era, então, de três representantes das classes liberais, um representante da agricultura, um representante do jornalismo, dois representantes de associações femininas, um representante dos empregados do comércio e dois das classes operárias, todos eleitos, por suas respectivas associações profissionais ou de classe, para este fim, e nomeados pelo Governo do Estado.

O atrelamento dos serviços educacionais paulistas à estrutura corporativa esteve respaldado na defesa de que esta estrutura materializava a imagem clássica do povo como instância jurídico-política, legitimadora dos governos democráticos e fonte originária de poder<sup>29</sup>. Assim, na SESP, os Conselhos, vinculados ao sistema corporativo, tornaram-se mecanismos asseguradores da presença — simbólica — do povo.

No entender de seus criadores, estes Conselhos da SESP eram condizentes à necessidade de divisão do trabalho no aparelho educacional, por sua vez compreendida dentro de uma ótica otimista, visto assegurar eficácia e harmonia à administração da educação, ao estreitar as "relações de coordenação



pelo IDORT, pois, na construção da "boa sociedade" era necessária a "melhoria da raça", o impedimento da reprodução de "indivíduos tarados, alcoolistas" e de todos que procurassem "produtos malsãos".<sup>34</sup>

Valorizando a eugenia, que definia como "estudo das influências com que as propriedades biológicas humanas melhor se pudessem conservar e transmitir pela herança"<sup>35</sup>, Lourenço Filho criou, na SESP, o Departamento de Educação Física. A existência deste Departamento na SESP também se justificava pelo fato de que os esportes aperfeiçoavam a "raça", habituavam "à disciplina e ao espírito de renúncia à causa comum"; e atendiam "aos mais altos interesses eugênicos" num país em que se fazia "mister tomar em consideração estes fatos" e, porque já existiam, nos países mais "adiantados, há mais de século, departamentos para orientar e dirigir esportes"<sup>36</sup>.

Em função da "eficiência escolar", Lourenço Filho defendia, pela aplicação de testes nos alunos, a classificação das classes em "normais" ou "anormais", "regulares" ou "irregulares"<sup>37</sup>. Às escolas, como responsáveis pela formação da coletividade, caberia, via testes de Q.I., buscar um "padrão de normalidade", evitando a dispersão de tipos, sustentando a separação dos anormais — os que não se enquadravam pela falta ou excesso de inteligência — do convívio com os "normais". Assim, ele criou, no Departamento de Educação Física, o

Psicologia Aplicada, o qual deveria determinar a "capacidade mental da criança", medir o "aprendizado do ensino", divulgar os "princípios psicológicos do aprendizado" à todas as escolas do Estado" e "estabelecer o mínimo psicológico do programa para o desenvolvimento mental" dos alunos.

Apesar destas medidas, o "esquecimento" dos educadores da Escola Nova da "parte somática", e abandono do "estudo das qualidades físicas do ente que vai servir de campo experimental do novo sistema escolar", foi lamentado por Sud Mennucci. Para ele a "lei da bio-genética" determinava que a elaboração de "normas e regras e modos de ação, dentro de um plano de organização educativa", se baseasse no "saber como se porta e como reage o animalzinho que vai sofrer o efeito de nossas práticas e experiências"<sup>38</sup>.

Não era possível, segundo o pensamento deste educador, "lançar as bases de um sistema nacional de educação" caso fosse ignorado "como cresce e se desenvolve a criança em nossa terra"<sup>39</sup>. Criou, então, o Serviço de Antropometria Pedagógica, o qual contava com educadores sanitários para "medir, descobrir anomalias e fiscalizar correções das mesmas nas crianças", promover fichamento "médico-pedagógico e antropométrico dos escolares"<sup>40</sup> e dar a facultar à criança "melhor desenvolvimento físico, psíquico e do trabalho mental".

Estas medidas, na administração da educação paulista, evidenciaram a restrição da ação pedagógica de questionar os fins; os administradores que as determinaram, mais especificamente Sud Mennucci, concentraram-se no aspecto instrumental da educação e, ao apreender o homem como um animal, limitaram, no processo pedagógico, a discussão sobre o teor político da educação.

O controle genético, as ciências biológicas e a psicologia<sup>41</sup>, eram instrumentos voltados para o "ajustamento" do ser humano e, embasando a educação paulista em parâmetros científicos, deram-lhe um caráter de neutralidade.

Mas, diferentemente de Sud Mennucci, a atuação de Fernando de Azevedo extrapolou o caráter normativo dos serviços de saúde; sua ação foi planejada.

Fernando de Azevedo transformou o Serviço de Antropometria Pedagógica em Serviço de Saúde Escolar e nomeou, como seu chefe, Almeida Jr.. Este, assim como seus colegas diretores da educação paulista, considerados neste período, foi introduzido no poder público educacional por Sampaio Dória, na década de vinte e, além de educador vinculado ao Movimento da Escola Nova, era médico higienista<sup>42</sup>.

A colaboração de Almeida Jr. foi importante para a

do. Ele não se limitou ao aspecto quantitativo da saúde escolar. Na verdade esboçou os primeiros passos no sentido de uma política de saúde para o sistema educacional paulista.

Assim, o Serviço de Saúde Escolar teve definidos como deveres:

- . formar a consciência sanitária dos alunos;
- . inspecionar os hábitos sanitários e estado de saúde dos alunos;
- . favorecer aos alunos o "pleno desenvolvimento físico e psíquico, pela administração de cuidados higiênicos e médico-pedagógicos",
- . promover a "educação sanitária dos alunos das escolas públicas cooperando intimamente para a sua plena efetivação com professores, diretores e outras autoridades do ensino";
- . divulgar "entre os membros do magistério, por meio de palestras e publicações, as noções mais importantes de higiene física e mental"<sup>43</sup>;
- . responsabilizar-se por alunos, professores e funcionários que se entregassem ao uso do álcool ou de entorpecentes;
- . organizar um fichário médico-sanitário de todos os

cação e do pessoal do ensino,  
 . submeter a exames todos (inclusive professores e  
 alunos) que fossem suspeitos de portar "moléstia  
 que os incompatibilizasse com o exercício de suas  
 funções".

Também passou a ser obrigatória, para licença de fun-  
 cionamento de um estabelecimento de ensino privado, a apresen-  
 tação, por parte da direção, de "atestado médico" de que ela  
 mesma, seu corpo docente, pessoal administrativo e demais  
 empregados não sofriam de "moléstia contagiosa ou repugnante"  
 e de que eram vacinados contra varíola.

Contudo, para Fernando de Azevedo, a atenção dada ao  
 físico equivalia também a buscar a "afinação da raça" e a co-  
 laborar com o "progresso"<sup>44</sup>, sendo dever da escola "influir  
 sobre a formação do tipo social" uma vez que tivesse "conhe-  
 cimento exato dos defeitos de caracter que se propõe a corri-  
 gir"<sup>45</sup>. Pensando assim preocupava-se em "ajustar os recursos  
 didáticos às leis naturais dos processos biológicos adaptati-  
 vos, de modo a ter, na educação, resultados de certeza matemá-  
 tica"<sup>46</sup>. Desse modo, na sua gestão, ganham relevância as de-  
 terminações no sentido de delimitar os parâmetros da "norma-  
 lidade".

No Serviço de Psicologia Aplicada, Fernando de Azevedo criou a Seção de Medidas Mentais e do Trabalho Escolar. Coube a esta seção realizar "aferição de testes e escala de testes pedagógicos e psicológicos", além de pesquisas referentes à capacidade mental e ao trabalho dos alunos, bem como "investigação dos problemas apresentados pelos alunos excepcionais, incluindo os mentalmente sub-normais, os bem dotados, os avançados, os deficientes de físico, os nervosos e os delinquentes".

As funções do Serviço de Psicologia Aplicada foram também ampliadas na gestão de Fernando de Azevedo. Este órgão passou a ter como deveres, além dos já existentes, a realização de diagnósticos das dificuldades apresentadas pelos alunos-problema e pelos alunos deficientes nas matérias fundamentais, bem como o estudo das crianças excepcionais por meio de entrevistas e observações. Através destas funções, coube ao Serviço de Psicologia Aplicada traçar a "linha do desenvolvimento mental normal da criança paulista"<sup>47</sup>.

Para todo o Estado de São Paulo, foi determinada a criação de "escolas ou classes especiais para débeis físicos e débeis mentais, de segregação para doentes e de educação emendativa dos delinquentes".

Ficaram isentãs de matrícula todas as crianças que sofriam "de incapacidade física ou mental, ou moléstia contagiosa ou repugnante" ou que eram indigentes" ou ainda, que por "defeito grave, físico ou psíquico" não pudessem "receber educação nas escolas primárias comuns".

Fernando de Azevedo definiu como uma das funções da escola primária "criar ambiente sadio em torno da criança, conduzindo-a, por educação física racional e pela formação de hábitos higiênicos, à plenitude de seu desenvolvimento corporal". Determinou também a propagação de uma política de construções escolares capaz de conscientizar as diferentes "camadas sociais" sobre a necessidade, entre outras, de dar a cada prédio escolar as "condições higiênicopedagógicas" que fizessem deles "centro de saúde e alegria"<sup>48</sup>.

Naqueles anos, estas medidas encerraram a pretensão de fazer da escola reino de "alegria", higiênico e saudável. Por isso, no pensamento da época, não era possível o acesso à escola comum do aluno "delinqüente", "sub-normal", "indigente".

Entretanto, a partir dos estudos de Foucault, esta tese foi desmistificada, já que a escola, definida nestes termos, passou a ser compreendida como um espaço que tornou possível a um único olhar vigiar o maior número de rostos con-

ra o fim político de vigília. Neste sentido, as observações de Almeida Jr. são significativas, ao explicitar a escola enquanto aparato de vigília. Afirmou ele: a "vida escolar é uma miniatura da vida social. Os poderes públicos ali estão representados pelas autoridades escolares, desde o diretor e os professores, até o menos graduado dos serventes — desempenhando todos eles funções executivas, judiciárias, policiais..."<sup>50</sup>.

Contudo, as determinações da normalidade físico-psíquica não se restringiram aos alunos, pois, a partir de 1938, a Comissão Médica da SESP passou a realizar prova de "boa saúde e ausência de defeito físico"<sup>51</sup>, como condição necessária para inscrição dos pretendentes a cargo na SESP, e ainda, "exame de sanidade mental" aos que fossem admitidos.

A saúde mental, a disposição física, o comportamento físico considerado adequado foram os valores veiculados pelos órgãos técnicos de saúde na educação paulista. Fundamentaram um novo poder de julgamento sobre o indivíduo, ao conformar sua mente e determinar seu ajuste social, apoiado em pseudo-formas científicas e jurídicas. A lógica deste amoldamento físico e mental procurou assegurar a estrutura social vigente em novas gerações, ou seja, a perpetuação da sociedade segundo um ordenamento previsto racionalmente e garantido, dentre outros meios, pelo controle genético. E nestes termos, a-



Tanto a SESP nas suas estruturas internas, quanto a própria escola pública paulista, inseridas nos propósitos de organização de uma sociedade harmoniosa, baseada em postulados científicos não prescindiam da eugenia. Ao ser determinada a aplicação de testes de Q.I. e exames médicos que permitissem eliminar os "anormais de toda espécie", procurou-se sustentar um processo de seleção para manter, apenas, os ajustados, comprovadamente inteligentes, com corpos saudáveis e hábitos higiênicos que não fizessem lembrar a pobreza, a miséria que existiam fora das estruturas da organização escolar.

Mas a importância dada ao físico, que os órgãos técnicos e suas funções *ressaltavam*, também encontrou fundamento no ideal que remete à transformação do aluno em força útil à sociedade. Por sua vez, isto só seria alcançado caso o aluno trouxesse em si um corpo produtivo e submisso. Assim é que, a partir de 1933, concursos de "eficiência física" vão substituir os de "robustez física", até então, promovidos pelo Departamento de Educação Física<sup>52</sup>.

Fernando de Azevedo, que transformou esta função do Dep. de Educação Física, anos após, ao comentar em seu livro **Novos Caminhos e Novos Fins**, a capacidade de ação e produtividade do corpo disse que cada aluno deveria "transformar-se, à sua hora, num fator de produção", pois sua saúde era "hipotecada ao Estado".

moléstia", o mesmo sofreria uma "perda irreparável". Cabia então à escola, a fim de "preparar o aluno para o trabalho", "dár-lhe hábitos higiênicos, despertar e desenvolver-lhe o sentido da saúde e enrijar a sua resistência", para que ele encontrasse na sua "própria vitalidade e na higiene do trabalho, a alegria de viver"<sup>53</sup>.

Os intentos de produtividade que permearam a questão do corpo e sua racionalização, faziam parte das propostas do IDORT, <sup>re</sup>reorganização administrativa do poder público paulista, pois, recomendou para a SESP a existência do Departamento de Educação Física com bastante autonomia, apenas subordinado ao Secretário da Educação e Saúde Pública<sup>54</sup>. Esta instituição considerava que "mais rico é o país que mais filhos sadios possui". Um homem produtivo era um homem saudável pois "em caso de doença" ficava interrompida a sua "capacidade de produção" e "sobrevindo a morte é, então que o problema se a gravava pois mortos representam capitais perdidos"<sup>55</sup>.

Ao adestramento físico, seguiu-se o condicionamento mental. Com isso, existiu na SESP um "projeto de homem": a educação física modelava-o fisicamente, os serviços mentais condicionavam-no cerebralmente. "Mens sana in corpore sano". Deste prisma, era compreensível o fato de educação e saúde naquele momento estarem unidas em uma só Secretaria e vários serviços de saúde estarem ligados ao Departamento de Educação física.

de Saúde.

Órgãos técnicos de saúde, esporte, psicologia e antropometria, na SESP, revelaram que sua orientação sobre educação foi totalmente voltada para interesses da organização disciplinar da sociedade, exigindo, ainda, mecanismos conformadores das consciências individuais, e que existiram na SESP no sentido da idolatria da Pátria e da disseminação de princípios cívicos e morais.

### 3. Nacionalismo e fiscalização ideológica

A idéia de Nação, entidade totalizadora do real, consagrou a ação estatal como único meio de manter a unidade nacional e organizar o Brasil. Desconsiderando vinculações das classes sociais com o poder estatal, a defesa da Nação propagou o caráter técnico e supostamente apolítico das elites administrativas, através das quais o Estado podia falar à sociedade.

Na medida em que a ação administrativa, regular e determinista, invocou a consciência nacional no sistema escolar paulista, objetivou que esse sistema tivesse a própria fachada da sociedade que, naquele momento, se pretendia: una, indivisível. Era o heterogêneo e as divisões que se pretendia substituir pela unidade e indivisibilidade. Nas palavras de

Lourenço Filho, a escola deveria ser "fundamentalmente nacionalizadora", a "homogeneizadora da vida nacional"<sup>56</sup> O movimento da Escola Nova, do ponto de vista político, pretendia a "paz pela escola"<sup>57</sup>.

O ideário nacionalista também se manifestou em diferentes falas e atitudes tomadas por Fernando de Azevedo. Antes de sua gestão, lamentou que a escola primária nada tivesse feito de "prático e eficaz para levantar a alma das crianças, despertar(..) o sentimento nacional, desenvolver a consciência cívica e entrar com respeitável contingente na obra de nacionalismo"<sup>58</sup>.

Ao assumir a direção do ensino paulista, Fernando de Azevedo foi definido por Armando de Salles Oliveira como um dos homens "com a projeção e a força moral e intelectual necessárias para impor a justiça(..) o respeito à lei e o restabelecimento da paz e da harmonia"<sup>59</sup>. Fazendo jus a esta qualificação, enquanto Diretor do Departamento de Educação, determinou que cada prédio escolar se transformasse em "um setor de nacionalidade"<sup>60</sup>, e a escola primária num espaço de "espírito acentuadamente brasileiro"<sup>61</sup>. Toda educação paulista, a partir de então, voltou-se para a criação da "consciência da unidade nacional e da solidariedade humana", promovendo toda a afirmação "da individualidade nacional" e consolidação do "ideal de solidariedade humana"<sup>62</sup>.

A consciência nacional, como instância unificadora das diferentes classes sociais, invocava o sentimento de solidariedade, cooperação e a idéia de comunidade harmônica na qual a unificação dos contrários permitia a manutenção da Nação, da ordem a ela inerente.

Nas escolas privadas paulistas, comumente de propriedade de estrangeiros ou organizadas para atendimento a uma clientela formada por filhos de imigrantes, pressupôs-se que a falta de supervisão pudesse significar ameaça à própria unidade nacional, pois "essas escolas(..) longe de integrar seus alunos na comunidade nacional, não (faziam) mais do que reforçar o sentimento de seus países de origem"<sup>63</sup>. Sud Menucci, ligado ao ruralismo — que além da exaltação dos valores da terra, da importância do trabalho no campo, alertava para a degeneração do "caráter nacional"<sup>64</sup> —, revelou seus propósitos nacionalistas por ocasião da <sup>da</sup> criação da Delegacia do Ensino Privado.

Através desta Delegacia, uma série de exigências foram feitas às escolas privadas — exigências que se mantiveram por todo o período, mesmo após sua transformação em órgão técnico.

Para efeito de registro e funcionamento, as escolas privadas deveriam apresentar documentação...

em língua portuguesa, prova de nacionalidade de professores de Português, Geografia e História do Brasil (além da necessidade do ensino de cantos nacionais), a escrituração e matrículas dos alunos em português e o ensino da língua estrangeira apenas a crianças com mais de dez anos. A Delegacia teve, como função geral frente às instituições particulares de todo o Estado, "fiscalizá-las, orientá-las, ampará-las quando fosse o caso ou reprimir-lhes os abusos, quando se excedesse das direitas normas"<sup>65</sup>.

Enquanto ideologia política, a unidade nacional procurou promover a restauração e reorganização do país. Para isso voltou-se para a organização do trabalho e da opinião pública, reorganizando-os sob a direção do Estado, trazendo às medidas cívicas, um caráter disciplinar. Na medida em que educação escolar, naqueles anos se constituiu em elemento assegurador da "continuidade da Pátria" a qual se engrandecia com o trabalho e a ordem social, (a propósito da unificação nacional difundida na administração escolar) ao exigir "reorganização social", investiu no sentido de moralização dos indivíduos que faziam parte do processo pedagógico.

Assim, na gestão de Lourenço Filho, o corpo técnico do Conselho de Educação, teve como função julgar "processos disciplinares" de professores, alunos e funcionários e o inspetor escolar; passou a exigir "capacidade técnica e idenei

dade moral" da direção e corpo docente das escolas<sup>66</sup>. A gestão de Sud Mennucci foi mais longe, criou a "caderneta de identidade do professor"<sup>67</sup>, que todos os docentes deveriam portar nos horários de trabalho e que devia contar todas as informações de "sua vida", de forma a possibilitar uma "avaliação rígida" para que a efetivação de promoções destes professores se desse" com justeza<sup>68</sup>.

Fernando de Azevedo, ao comentar a reforma educacional que promoveu no Distrito Federal, em 1928, retratou os professores como "unidos por um ideal comum e empenhados, por um profundo sentimento cívico"<sup>69</sup>. "O prestígio da autoridade" afirmou ele, tinha de apoiar-se "sobre forças morais", devendo a escola ser "um foco de vida moral"<sup>70</sup>, "substituindo a disciplina exterior, artificial e arbitrária, pela disciplina livremente consentida", que fosse "o reflexo de uma disciplina interior, feita do sentimento de responsabilidade individual e do espírito de cooperação..."<sup>71</sup>.

As medidas que tomou, no sentido da moralização, na organização da educação paulista referiram-se à formação dos alunos, determinando o planejamento do programa do Jardim da Infância (pré-escola) com base em "hábitos cívicos e morais, com prática de cortesia, disciplina e auxílios mútuos". Reservou, aos alunos deste curso, um "processo de iniciação moral e social",

mais interventora sobre as artes: de "órgão informativo" do Governo do Estado passou a "órgão diretor e fiscalizador das artes em todas as suas manifestações", sendo-lhe acrescentados os deveres de "orientar, dirigir e fiscalizar os recursos financeiros cedidos pelo Estado em prol do desenvolvimento das artes, bem como <sup>de</sup>emitir pareceres sobre assuntos de ordem administrativa e didática referente a qualquer instituto de ensino de belas artes".<sup>76</sup>

O Conselho de Orientação Cultural <sup>77</sup> deveria superintender "a organização e os serviços das bibliotecas públicas de modo a mantê-las harmônicas e complementares umas com as outras". Publicaria obras literárias, didáticas ou científicas editadas pelo Estado, emitiria "parecer sobre o valor destas obras". A orientação, também, incluiu emitir "sugestões de "medidas aconselháveis ao estímulo e proteção dos trabalhadores intelectuais e sociedades culturais".

Obviamente, com este desempenho, a SESP passou a exercer função de controle sobre as consciências individuais e a promover ampla reforma de valores, na medida em que procurou atingir o sistema de atitudes, modos de pensar, costumes, valores espirituais e materiais, traduzidos nas manifestações culturais.



Os procedimentos e exigências, na estrutura da SESP, em relação à formação do caráter nacional e criação de mecanismos de controle sobre a cultura, não se restringiram a ela. Estes procedimentos estavam coerentes com o pensamento predominante no governo federal: educação escolar era concebida como um empreendimento em que importava formação da nacionalidade e patriotismo, transmissão e condução da cultura e a capacitação para o trabalho.

#### 4. Capacitação para o trabalho: a valorização do ensino público

Nas preocupações voltadas para o destino da Nação brasileira, a educação assumia duas funções: 1) formar a nacionalidade; 2) preparar os indivíduos para o trabalho. "Nação" era sinônimo de sociedade organizada racionalmente, produtiva e harmônica. A fala do IDORT é que mais explicita a relação organização social e trabalho: "A capacidade de trabalho de um povo é indubitavelmente uma das maiores forças produtoras de seu progresso, mas é preciso <sup>não</sup> esquecer que ela se compõe da soma das capacidades de trabalho de cada um. Assim, pois, acha-se o progresso condicionado à atuação eficiente, não de um grupo de homens mais ou menos numerosos, mas sim à atividade de todos os homens que constituem uma coletividade, um povo, uma nação"<sup>78</sup>.

O encaminhamento do ensino escolar, foi condicionado a duas orientações: 1) o ensino profissionalizante para atendimento às necessidades das indústrias urbanas; 2) o ensino rural, como meio de levar a racionalização até o campo, para melhoria da agricultura, evitando a atração das classes pobres rurais para as cidades. A idéia era contribuir para a formação de uma nova mentalidade do trabalhador, em função das necessidades da expansão do capitalismo. Segundo Vargas, era preciso um ensino adequado a cada área e clientela: "De acordo com as tendências de seus habitantes devemos ministrar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais — o ensino técnico profissional(...); no interior — o rural e agrícola"<sup>79</sup>.

Há muito, disseminava-se por todo o país, um clima de "ruralismo" educacional. Após a primeira guerra, à medida que as esperanças de "salvação" do Brasil voltaram-se para a construção da "identidade nacional",<sup>80</sup> uma das correntes do pensamento nacionalista passou a se preocupar com a recuperação no interior do país, das "raízes da nacionalidade", buscando integrar o sertanejo ao projeto de construção nacional.<sup>81</sup> Nesta corrente predominava o pensamento de que a "vocaçãõ" do Brasil era a agricultura.

Em oposição ao ruralismo, havia a corrente industrialista, que se preocupava com a formação de uma mentalidade

topo do progresso brasileiro. Esta corrente via, na industrialização, o único meio de superação dos problemas sociais e econômicos do Brasil, bem como <sup>de</sup> o país poder se igualar às nações mais ricas. Ela combatia frontalmente a idéia da agricultura como "vocaçãõ" do Brasil, embora considerasse importante a industrialização da agricultura.

Os integrantes da corrente agrícola deram origem a várias associações destinadas a favorecer o desenvolvimento da educação rural, dentre as quais a Sociedade Amigos de Alberto Torres e a Sociedade Brasileira de Educação Rural<sup>82</sup>.

Embora os principais educadores da Escola Nova pertencessem à corrente do progresso pela industrialização, Fernando de Azevedo não deixou de considerar a educação rural, mas num sentido diverso do proposto pelos ruralistas. Para ele, "a transformação da indústria agrícola não(era) possível enquanto não se organiza(sse) um programa de instrução técnica, bastante eficaz não só para formar peritos em várias especialidades, como para formar a mentalidade moderna do lavrador e desenvolver em todos a consciência de que (era) preciso imprimir à exploração da terra, para seu maior aproveitamento, uma orientação científica"<sup>83</sup>.

Mas, dos Diretores da Educação paulista deste período, foi S. M. ...

no sentido da educação rural, já que fazia parte da Sociedade de Amigos de Alberto Torres.

Sud Mennucci elaborou um projeto de reforma do ensino rural, criando uma Assistência Técnica e Escolas Normais na área rural onde todos, "desde a cabeça diretora até o mais humilde servente deveriam ter mentalidade agrícola, isto é, de quem sabe que o campo é a esperança atual única do Brasil e de que mesmo que o país... venha a ser uma grande potência industrial, nunca se libertará dos trabalhos agrários e que deles o seu povo precisará sempre, porque só a terra cria. A indústria, por muito que faça, apenas os modifica".<sup>84</sup>

Ainda segundo Sud, era preciso despertar o amor pelas "coisas da terra", havia "necessidade de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais" e de "produzir mentalidades absolutamente diversas que, no entanto, reciprocamente se (completassem) para o equilíbrio social do organismo nacional".<sup>85</sup> Porém, seu projeto de criação de Escolas Normais rurais não foi realizado e, em sua segunda gestão no Departamento de Educação, voltou a legislar a tal respeito; só então conseguiu, do Interventor, medida que criava a Escola Normal de Piracicaba<sup>86</sup>, incumbida da formação específica de professores para escolas rurais. Mas, por falta de verbas, esta escola não chegou a ser construída, pois o decreto que a criou foi revogado.<sup>87</sup>

o Primeiro Congresso de Ensino Regional a sugerir a criação de tais escolas, o que se deu nos Estados do Ceará, Bahia e Pernambuco<sup>88</sup>.

Já o IDORT, com as mesmas preocupações de Fernando de Azevedo, considerou ser a economia agrária mais "resistente" à ciência da organização do trabalho, marcando "passo" em relação ao avanço industrial, incapaz de iniciar por si só o "processo de modernização". Segundo este Instituto, estando "desorganizada" a economia agrária, e ainda contando com o "desânimo" prevalecente na "gente do campo", caberia ao poder público tomar providências no sentido de levar instrução ao campo<sup>89</sup>. Mas, tal como aconteceu na administração de Fernando de Azevedo, nenhuma proposta concreta sobre educação rural foi encontrada em seu projeto de Reorganização Administrativa.

Nestas circunstâncias, somente em 1943, é que se teve, na SESP, a criação de um órgão específico para "assistir" ao processo de educação escolar do meio rural.

A Assistência Técnica do Ensino Rural<sup>90</sup>, a título de assistir e coordenar os serviços, subordinou a si os grupos escolares rurais, as escolas isoladas e os cursos de agricultura das escolas normais.

Esta Assistência teve também por finalidade elaborar programas especiais para o ensino rural e normal, promover a organização de cursos especiais intensivos sobre questões ruralistas. Encarregou-se ainda de fiscalização e orientação das iniciativas dos estabelecimentos de ensino que visassem "despertar na infância ou na juventude o amor pelas coisas da terra e o interesse pelas práticas agrícolas". Nesse sentido, traduzia o interesse deste aparelho administrativo em transformar, pela educação, o homem rural em indivíduo produtor.

Assim, o Serviço de Assistência Técnica, sugerido com dez anos de antecedência por Sud Mennucci (da corrente ruralista) só foi criado em 1943, em decorrência de uma conjuntura em que predominava o pensamento industrial, preocupado com a necessidade de modernização de todos os setores da sociedade, inclusive<sup>os</sup> da agricultura. Este empreendimento de modernização do campo exigia a transformação da "mentalidade" do homem rural, por meio da educação e a integração da população rural à sociedade industrial, dentro de um espírito de superação do "atraso" desta população e do aumento da produtividade.

Bem mais enfatizada que o ensino rural por Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, foi a outra orientação de en

para atendimento às necessidades das indústrias urbanas.

Lourenço Filho defendia uma "escola do trabalho", à qual caberia mostrar ao aluno que seu ofício não era senão "uma roda de organismo social"<sup>91</sup>. A preocupação em direcionar senão toda a educação escolar paulista, mas parte dela à capacitação para o trabalho, teve início na sua gestão, quando reformou a Escola Profissional Masculina de São Paulo, transformando-a em Escola Profissional e Industrial.

Mas, para Lourenço Filho, não era suficiente a "formação técnica e profissional, de modo a propagar novos e mais eficientes processos de racionalização do trabalho". O empreendimento exigia "melhor aproveitamento e orientação das aptidões dos alunos". Para tanto, foi criada na Escola Profissional e Industrial uma seção vocacional e um gabinete psicotécnico incumbido de propaganda, estudo, orientação vocacional e "encaminhamento e defesa social dos alunos egressos". Ele também ampliou as vagas desta escola, que então passaram a ser duzentas. A ampliação significou, de acordo com Lourenço Filho, "sensível benefício social".<sup>92</sup>

Lourenço Filho criou, no Serviço de Psicologia Aplicada, para vulgarizar e estudar "testes de inteligência e de orientação profissional", uma seção de Orientação Profissional capaz de "assegurar melhor..."

las públicas a educação secundária e as várias agências comerciais"; fazer "estudos científicos das informações colhidas para o benefício da criança, da escola, do patrão e da sociedade", além de pesquisar e organizar cadastro referente às oportunidades profissionais do Estado e do país".

Fernando de Azevedo também reforçou as medidas tomadas por Lourenço Filho, o que se evidenciou quando determinou:

1. A reorganização das escolas "em base de comunidade social de trabalho em cooperação e articulação com o meio social"<sup>93</sup>. Nesse sentido, coube às escolas primárias servir às necessidades peculiares do meio imediato e do grupo social a que pertenciam, contribuindo para que se descobrissem as aptidões naturais da criança, orientando-a para profissões que mais lhe conviesse desenvolver o "o sentido de responsabilidade individual e do trabalho". À Educação secundária coube a finalidade de "estudar e propor" medidas no sentido da "industrialização profissional", e às escolas profissionais "organizarem um escritório de informações e colocações, se industrializarem e se interessarem na produção utilizável pelo Estado".
2. A promoção de "cursos e a fundação de escolas para educação geral de operários, empregados do comér-



risco a que estavam sujeitos os ' menos capacitados' no regime de intensa concorrência das sociedades atuais"<sup>94</sup>.

3. A criação do Serviço de Psicotécnica em um dos Institutos Profissionais de São Paulo, com atuação estendida a todas as escolas do Estado, e <sup>com</sup> funções de orientação profissional, <sup>elaboração de</sup> métodos psicotécnicos, verificação da eficiência do trabalho profissional e organização de fichário geral dos alunos, com seus dados escolares, profissionais, psicotécnicos, clínicos e sociais.
4. A criação de um curso pré-vocacional<sup>95</sup> para alunos que, ao concluírem o curso primário, desejassem seguir a profissão industrial, comercial ou agrícola.
5. A organização de escolas de continuação para adultos, que, como aparelhos de "adaptação social", deveriam promover o "ajustamento geral" de adultos com dificuldades no emprego e também treinamento em diferentes ofícios de jovens, empregados ou não<sup>96</sup>.
6. A proteção aos desempregados com a criação de "escolas de oportunidade" e "cursos profissionais e

dários", para os que não estivessem empregados, bem como realização de "inquérito no meio social sobre as atividades e ocupação dominantes, o número de aptidões dos desempregados e as causas das desocupações...";

7. Disseminação "de hemerotecas e bibliotecas populares que desviassem dos centros de recreação improdutiva ou prejudicial, os operários em folga"<sup>97</sup>.

A profissionalização da educação também foi bastante valorizada no período subsequente à gestão de Fernando de Azevedo, tanto por Armando de Salles Oliveira, então governador, quanto pelo IDORT.

Armando de Salles Oliveira defendia a organização da "educação para a democracia", dentro de um "esforço popular" visando a despertar no povo a "consciência de suas necessidades"<sup>98</sup>. O Brasil, dizia ele, como "república de trabalhadores" precisava considerar "o problema do máximo rendimento do trabalho", munindo "as massas de conhecimentos científicos e técnicos"<sup>99</sup>, via ensino técnico--profissional. Mas, o "desenvolvimento da produção e a formação da economia", por serem problemas de "educação das massas"<sup>100</sup>, demandavam tempo nas suas soluções.

Por outro lado, Armando de Salles Oliveira valorizava

cindia de elites, cabendo às universidades "formá-las e renová-las" sendo, com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, preparadas "...as classes dirigentes, sem as quais não (seria) possível enfrentar os vastos problemas de um grande Estado moderno..."<sup>101</sup>.

Já, para o IDORT, não havia "economia produtiva sem educação realista". Uma educação realista deveria atender " aos problemas práticos da produção e do consumo"<sup>102</sup> e, por isso, ser considerada "nas suas relações com a organização social e com a organização do trabalho".

Assim como Armando de Salles Oliveira, o IDORT enfatizou a importância de cursos superiores, em especial os de administração "para preparo de um corpo de elite destinado a assumir postos de relevo na direção dos negócios públicos" , apoiando a criação da Fundação Getúlio Vargas, tendo na sua direção alguns de seus técnicos.

Este Instituto também defendeu, como um dos fatores principais do "progresso" e da "prosperidade" brasileira, a criação de escolas profissionais. Neste sentido a Constituição de 1937, que, no artigo 129, delegava ao Estado o dever da educação profissional para os filhos das classes menos favorecidas, foi interpretada, por este artigo, como indício do surgimento de uma "nova escola" e...

meio da própria vida "103. A função da educação, segundo o IDORT, seria preparar os indivíduos, transformá-los no que a situação econômica de cada momento exigia, sendo que aquele momento exigia eficiência econômica.104. O IDORT recomendou a criação de um Departamento para o ensino profissional subordinado apenas ao Secretário da Educação105.

A sugestão do IDORT foi acatada, na SESP, com a transformação, em 1934, do Serviço de Ginásio Secundário e Profissional em Superintendência do Ensino Profissional. Esta Superintendência teve maiores poderes e autonomia que os demais órgãos técnicos da educação paulista, o que se justificou pelo "grande e constante desenvolvimento do ensino profissional industrial e de economia doméstica" que estava a exigir um "órgão especializado central e técnico-administrativo"106.

Apesar das medidas que Lourenço Filho e Fernando de Azevedo tomaram, frente ao ensino técnico-profissional da valorização deste ensino por Armando de Salles Oliveira e pelo IDORT, não houve uma ampliação específica da educação profissional no período em que atuaram na SESP.

O "grande e constante desenvolvimento profissional-industrial...", que justificou a criação da Superintendência do Ensino Profissional, se resumiu, no Estado de São Paulo, entre 1932 e 1935, a um acréscimo de 28% aproximadamente no número de escolas...

Estado todo possuía quarenta escolas profissionais, em 1933, elas eram em quarenta e uma; no ano seguinte, passaram a ser em número de quarenta e nove e, em 1935, cinqüenta e uma.<sup>107</sup>

Tanto a fala de Armando de Salles Oliveira quanto o pensamento idortiano estamparam a valorização que davam, pela intermediação da educação, à divisão de funções entre as classes sociais.

Embora todas as classes sociais devessem colaborar no projeto de construção de uma sociedade moderna, tanto o Instituto, quanto Armando de Salles Oliveira destinavam, às elites, a função de organização política e, ao restante da população, o desempenho de funções que garantissem a produção econômica.

Como no mesmo período, simultânea a uma reduzida ampliação de escolas profissionais, deu-se a criação da Universidade de São Paulo, seguida da Fundação Getúlio Vargas, deduziu-se que o preparo de elites, para o desempenho de funções condutoras, foi mais relevante que a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Embora a educação profissional fosse foco de atenção por parte das autoridades e dos homens públicos preocupados com

propósito básico e imediato de suas ações, pois os esforços destes homens para com a educação paulista não foram além da estruturação técnica da SESP.

Os educadores da Escola Nova, Armando de Salles Oliveira e o IDORT ficaram limitados à organização técnica dos serviços educacionais e, à real expansão, não deram a mesma relevância com que a enfatizavam em seus discursos.

#### 5. Competência técnica e prática hierarquizada nos serviços educacionais

Neste capítulo, foram enfocados três membros do Movimento da Escola Nova, como responsáveis pela implantação e estruturação inicial da administração educacional paulista. Eles procuraram dar corpo às iniciativas inovadoras que, junto a Sampaio Dória, encabeçaram na década de vinte, favorecidos pelos intentos modernizadores empreendidos pela oligarquia.-

Lourenço Filho, Sud Mennucci e Fernando de Azevedo eram filhos de famílias modestas, dependentes da carreira na luta pela sobrevivência e desempenharam na SESP uma ação coerente com este histórico: atuaram através de decretos, de forma a não comprometer a incipiente organização hierárquica que os alojava e estava se estruturando sobre as escolas do Esta

meiros anos na SESP, não se ateve, como prioridade, à ampliação da escolarização formal, mas à criação de órgãos e serviços técnicos, com fins determinados, imbuídos de proposições ideológicas definidas.

Os educadores da Escola Nova buscaram, através de medidas ditadas por decretos, o aperfeiçoamento e eficiência dos serviços educacionais da SESP. Neste sentido, Fernando de Azevedo — talvez devido a fatores, como a formação em colégios religiosos e a origem oliguarquica da família, que lhe permitiram o acesso a uma vasta e diversificada rede de relações pessoais e, com isso, a formação de uma visão mais ampla da sociedade — foi dos Diretores do Ensino que mais sistematizou as funções dos serviços educacionais, de forma que estes pudessem desempenhar uma ação mais planejada sobre a rede de escolas paulistas.

Todavia, o objetivo de eficiência e aperfeiçoamento, constante nas três gestões enfocadas, ainda que de forma não explícita, dizia respeito à sobreposição do discurso competente e sua predominância às mais diversas áreas que pudessem ser abrangidas pelo aparelho administrativo educacional. As bases políticas deste discurso que dominou o aparato técnico da educação paulista, se assentaram em princípios liberais, mas dentro de uma ação autoritária, circunscrita ao sistema hierárquico.

- ciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria" — conferência em Praga, citada por SCWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. p.90
74. Função que se reforça após 1937, quando torna-se "o centro de coordenação das atividades culturais... de todas as forças vivas da Nação", conf. AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**, p.704.
75. Decreto 4965 de 11.04.1931.
76. Decreto 9597 de 06.11.1938.
77. Lei 2524 de 09.01.1936.
78. ~~Revista~~ do IDORT, dezembro de 1928, p.231
79. in: KADAT, Emanuel de. **Catholic Radicals in Brazil**. London Oxford University, 1970, p. 149; citado por PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. SP., Loyola, 1973 p.128.
80. COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. 2ª ed., RJ, Civilização Brasileira, 1967, p. 401 402.
81. Destaca-se, neste sentido, Alberto Torres, para o qual a verdadeira "vocaçãõ" do país estava na valorização da agricultura e do homem do campo; empenhando-se pela criação de uma "república agrícola" em que os males sociais fossem sanados, combatendo a grande propriedade rural e o uso predatório da terra, propondo <sup>que</sup> a ação governamental junto às populações rurais viesse a se traduzir em obras de sanea



- mento e na difusão do ensino profissional. TORRES, Alberto  
**A Organização Nacional**. 3ª ed., S.P. Ed. Nacional, 1978, p.  
132-133.
82. PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**.  
p.128-131.
83. AZEVEDO, Fernando de. **A Educação na Encruzilhada**, p. 175
84. MENNUCCI, Sud. **O Que Fiz e Pretendia Fazer**, p.128-129.
85. Decreto 6047. 19.08.33
86. Decreto 6047 de 19.08.1933.
87. DEMARTINI, Zeila de Britto Fabri. **Observações Sociológicas  
sobre um Tema Controverso: População Rural e Educação em  
São Paulo**. Tese de Doutorado, USP, F.F.L.C.H., 1979, p.362
88. Conf. PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de A  
dultos**, p.128.
89. Revista do IDORT, junho de 1934, p. 127
90. Decreti 13,625 de 21.10,1943
91. AZEVEDO, Fernando de (org.) **A Educação na Encruzilhada**, p.
92. Decreto 4853 de 27.01.1931.
93. Pelo Serviço de Obras Sociais Escolares, Peri-Escolares e  
Post-Escolares.
94. Função do Serviço de Extensão Cultural e Escolas de Conti

95. Por conta do Serviço de Psicologia Aplicada, tal curso deveria existir para cada conjunto de cinco grupos escolares ou cinquenta classes e teria um ano de duração.
96. Função do Serviço de Extensão Cultural e Escolas de Continuação para Adultos.
97. Idem
98. SALLES OLIVEIRA, Armando de. **Para Que o Brasil Continue.**- Discursos Políticos. 1ª Série. RJ., Livraria José Olympio Editora, 1937, p.32.
99. Idem, *ibid*, p. 43.
100. Idem, **Discursos**. SP., Siqueira, 1935, p. 26.
101. Idem, *ibid*, p.66. Também no livro **Para que o Brasil Con-**  
**tinue**, p. 75, o autor justifica que "... A extensão que tomaram as atribuições do Estado(..), as novas condições industriaes(..), a tendência a concentração e(..) a especialização dos trabalhos" faziam o Estado estimular as instituições "destinadas a formar, enriquecer e renovar os seus quadros técnicos...".
102. **Revista do IDORT**, ano XIV, nº 163, julho de 1945, p.147.
103. **Revista do IDORT**, ano XIII, nº 148, Abril de 1944, p.85.
104. Idem
105. RAGE, Relatório Final, vol. II, 1ª Parte, p. 184
106. Decreto 6604. de 13.08.1934.

## CAPÍTULO II

### 1934/1936 - TAYLORISMO NO TRABALHO INTERNO DA SESP

Este período caracterizou-se pela organização do trabalho interno da SESP, fundamentado na busca da eficiência, estando consoante <sup>com</sup> o espírito de racionalidade que vagava pelos diferentes campos da sociedade.

Desde os socialistas, passando pelos comunistas e pelo movimento integralista, liderado por Plínio Salgado, até os "democratas sociais", como Armando de Salles Oliveira, além dos chamados pensadores autoritários, estavam todos empenhados na defesa de um Estado racionalizador. A racionalidade, fundada nos postulados da ciência e da técnica, tinha na eficiência seu princípio básico, norteador da moderna sociedade brasileira. Daí, na SESP, a naturalidade e continuidade com que se avocava o princípio da "eficiência" para a "direção" dos serviços educacionais.

Ao pensar o aparelho educacional, tanto a fala dos educadores da Escola Nova, quanto <sup>de</sup> Armando de Salles Oliveira e <sup>do</sup> IDORT, estampam uma pretensão única: era preciso impregnar a educação de mais cientificidade e tecnicidade, investir contra a morosidade, a arbitrariedade, e o parasitismo dentro e fora dela. Enfim, impor-lhe um caráter mais sistemá

Desta pretensão, nos primeiros anos da SESP, derivou a criação dos órgãos e cargos técnicos específicos da educação, justificada pela função de "orientação do trabalho docente", pressupondo um amparo legitimado pelo saber técnico, originado do alto da pirâmide organizacional para as bases, vislumbrando a sustentação mesma da estrutura hierárquica em que a SESP se assentava.

No período ora enfocado não houve, frente aos serviços educacionais, um acréscimo significativo das medidas tomadas anteriormente. Nestes anos, o discurso racionalizador vai embasar a organização do trabalho interno da SESP. Esta organização do trabalho significou, na Secretaria, a estruturação de um amplo aparato disciplinar, fundamentado em princípios tayloristas propagados pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

Esta etapa priorizou as posições do IDORT encampadas por Almeida Jr.<sup>1</sup>, então na direção da educação paulista. Portanto elas foram consideradas como as mais significativas para a compreensão da organização do trabalho no aparelho administrativo educacional no momento delimitado.

Para a apreensão da identidade entre as posições de Almeida Jr. e os propósitos do IDORT, tornou-se relevante o conhecimento de seu percurso profissional. <sup>o</sup>

política de Armando de Salles Oliveira, então governador do Estado, que solicitou os serviços do Instituto.

Almeida Jr.<sup>2</sup>, além de educador ligado ao Movimento da Escola Nova, era médico higienista. Concluiu o curso de Medicina, defendendo a tese **O Saneamento pela Educação** e tornou-se livre-docente em **Medicina Pública**. Esta capacitação técnica na área da saúde lhe deu condições de ser nomeado por Fernando de Azevedo, quando Diretor da Educação, para o cargo de Chefe do Serviço de Saúde do Departamento de Educação da SESP.

Na Chefia da Saúde Escolar, Almeida Jr., juntamente com Fernando de Azevedo, tomou medidas no sentido de possibilitar a maior intervenção do Estado na área da saúde. No mesmo período, Almeida Jr., também participou da comissão que organizou o plano de criação da Universidade de São Paulo e foi eleito membro do primeiro Conselho Universitário dessa Universidade. Estas experiências capacitaram-no a assumir o cargo de Diretor Geral do Ensino Paulista, em 1935, a convite do então governador do Estado, Armando de Salles Oliveira.

Já a carreira política de Armando de Salles Oliveira, mais especificamente a sua gestão no governo do Estado de São Paulo, pode ser compreendida pelo compromisso de "garantir a ordem"<sup>3</sup>

Armando de Salles Oliveira era um empresário, membro do Partido Democrático que, em fins da década de vinte, apoiou a Câmpanha da Aliança Liberal no Estado de São Paulo. Mas também, participou do esforço de mobilização da população civil no Movimento Constitucionalista e, mesmo assim, foi nomeado por Vargas interventor de São Paulo, a 17 de agosto de 1933, comprometendo-se a governar dentro de uma perspectiva de aproximação do Estado com o governo da República.

Assim, a interventoria de Armando de Salles Oliveira procurou a reaglutinação política das elites paulistas, e como engenheiro que era, deu início à reconstrução do aparelho administrativo estadual com base na doutrina taylorista.

Ao assumir o governo, Armando de Salles Oliveira, pronunciou-se a respeito da necessidade de um programa para o aparelho administrativo do governo, que comportasse "uma melhor divisão de trabalho entre os serviços e a coordenação de seus esforços", ou seja, a "transformação do processo de trabalho"<sup>4</sup> no sentido de aumentar o rendimento e reduzir as despesas. Foi quando solicitou ajuda ao Instituto de Organização Racional do Trabalho, do qual era presidente. Pensava em uma "reorganização técnica e racional"<sup>5</sup> da "máquina burocrática do Estado", em "modernizar o aparelhamento de administração de forma a imprimir maior eficiência e maior celeridade em todos os serviços, proscrevendo destes as redundâncias e

controle do respectivo pessoal<sup>14</sup>. O Departamento se encarregaria da seleção de funcionários por meio de concurso<sup>15</sup> e de considerar, para efeito de promoção, o tempo de serviço e eficiência no trabalho<sup>16</sup>, bem como da definição de direitos, penalidades e deveres dos funcionários na forma de um "Estatuto".

O IDORT também sugeriu a criação de um Departamento Administrativo para cada Secretaria do governo, que deveria cercar a organização de assistentes técnicos<sup>18</sup> e mantê-la de forma conveniente, com "direção única", agrupar racionalmente as atividades, dividir as funções políticas das de caráter administrativo, coordenar serviços, centralizar o controle e descentralizar responsabilidades<sup>19</sup>. Teria ainda, como função, deixar em "órgãos especializados" funções que assegurassem uma "orientação vertical, ao invés de horizontal"<sup>20</sup>.

Os propósitos tayloristas do IDORT, embasados em pretensões de controle, foram partilhados por Almeida Jr.,

Para Almeida Jr., um dos resultados positivos do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi a "confraternização(..) dos educadores e dos industriais, em torno de propósitos tendentes a elevar, cada vez mais, os níveis da educação e da produtividade, e, conseqüentemente, do bem-estar da comunidade brasileira"<sup>21</sup>. Também ao tecer críticas em tempo de "br...

do ensino paulista, como sistema confiante em "milagre dos regulamentos e circulares"<sup>22</sup>, Almeida Jr. enfatizou a necessidade de um órgão "técnico centralizador da administração" para melhor coordenação dos serviços educacionais<sup>23</sup>.

Em sua totalidade, a SESP sujeitou-se às recomendações do IDORT. Foram criadas duas Diretorias de Pessoal e o Departamento Administrativo, por intermédio dos quais ela seria provida dos "necessários cargos hierárquicos que estabelecessem uma distribuição melhor de funções", conferindo-lhe maior "eficiência" e assegurando-lhe "um sistema de controle mais especializado" aos seus trabalhos<sup>24</sup>.

Concomitante à criação do Departamento Administrativo, atingiu-se a redução dos serviços técnicos educacionais<sup>25</sup>, dentre eles, o serviço de Programas e Livros Escolares, Serviço de Bibliotecas e Muses Escolares, Serviço de Rádio e Cinema Educativo, Serviço de Obras Sociais Escolares e Peri-Ecolares, Serviço de Intercâmbio Interestadual e Internacional. A redução destes órgãos técnicos foi justificada, racionalmente, pela falta de recursos do Estado em "manter a organização do aparelho escolar".

Em consequência ainda das recomendações do IDORT, houve o Regulamento da SESP que difundiu deveres e penalidades



trabalho no seu interior com a finalidade de definir "disposições que (assegurassem) perfeita e rápida execução dos serviços, de modo a lhes imprimir a maior eficiência, e (determinar) a padronização de... métodos de trabalho e papéis em geral"<sup>26</sup>.

Derivaram daí os mecanismos de controle impostos em toda a dinâmica de trabalho da Secretaria, que retratavam bem a concepção prevalecente no novo regime saído do movimento de 1930. No caso da SESP, encarregada do "desenvolvimento do aparelho escolar" de São Paulo, redundou na agilização do processo burocrático com todas as conseqüências relativas ao controle e centralização do poder. O Regulamento, um vasto documento, ao versar sobre a organização do trabalho, agiu diretamente na divisão racional e hierárquica da Secretaria, organizando a conduta interna, por meio de mecanismos disciplinares que diziam respeito à: cronometração do tempo, tramitação de papéis e organização dos meios de comunicação.

### **1. Comunicação: formalidade e sigilo**

Em relação à organização dos canais de comunicação na SESP, à mesma deu-se tanto através da palavra escrita quanto da oral, de forma a efetuar a expropriação do espontâneo, do natural e informal, em função da palavra formal, da ação planejada e do pensamento controlado.

No que diz respeito à palavra escrita, esta expro  
priação aconteceu quando o Regulamento passou a exigir que o  
 direito de pronunciamento coubesse a problemas de estrita  
 competência de cada cargo, tratando-os de forma precisa, cir  
cunscrita, por meio de atas, relatórios, memorando e proces-  
 sos.

A formalidade através da assinatura e do processa-  
 mento de papéis foi um dos dados relevantes introduzi-  
 dos na regulamentação da dinâmica interna da SESP, seja in-  
 terferindo na organização do trabalho e no controle do com-  
 portamento, via controle da comunicação, seja impedindo fun  
cionários de processarem papéis que lhes dissessem respeito  
 ou em que fossem interessados parentes seus.

As competências de assinaturas passaram a ser dis  
tribuídas somente entre os cargos de chefia, enquanto o pro  
cessamento de papéis envolvia todos os cargos. Os papéis dis  
tribuídos pela Diretoria Geral não podiam sair das Diret<sup>o</sup>rias  
 e a elas subordinadas por "qualquer pretexto, <sup>mesmo</sup> os que esti-  
 vessem devidamente informados". Nenhum papel ou livro pertencente à Secretaria saíria da mesma sem "ordem escrita" do Se  
cretário ou Diretor Geral e sem recibo da pessoa que o rece  
besse. Os pareceres tinham de ser claros e concisos, conten  
do indicação precisa sobre o modo pelo qual convinha resol  
ver os assuntos e também sobre o modo pelo qual se devia proceder

Nesse sentido, determinações monopolizadoras de informações tecidas pelo Regulamento garantiam o próprio andamento e funcionalidade da SESP, enquanto instituição hierarquizadas. Para tal, a palavra escrita e impessoal sobrepondo-se à communicação oral e pessoal foi fundamental, pois, com isso, as normas de saber encaminhar processos, avaliá-los, referênciálos tornavam-se ação coletiva, exigindo memorização e execução mecânica, desarticulada e sem interação com o todo: toda a communicação estava restrita a uma relação funcional e departamental, ocorrida através de redações, memorandos, selos, assinaturas e carimbos.

Ao público, chegava um nível de informações extremamente selecionado pelos canais de controle dispostos na hierarquia da SESP. Tudo o que contivesse "matéria reservada" nos extratos de expedientes era considerado "segredo", e a mesma não seria publicada no Diário Oficial.

O delineamento de certas tarefas definiu alguns servidores da SESP enquanto "capatazes do sigilo", tais como os auxiliares de Gabinete, com as funções direcionadas para "zelo", "boa ordem", "guarda e sigilo" dos papéis e assuntos a cargo de Gabinete. Os chefes de seção tinham a incumbência de executar os trabalhos de "maior importância" e de não "revelar" o conteúdo de despachos e deliberações sem que os mes

Era proibido aos funcionários "assoalhar, fora da repartição, qualquer ato que nela se passasse ou devesse permanecer em sigilo", bem como revelar "matéria de despachos ou deliberações que por sua natureza" devesse "permanecer em sigilo".

A sustentação deste sigilo estava vinculada à "eficiência" altamente controladora, abafadora de contestações e mobilizadora da crítica<sup>29</sup>.

Mas, a construção dos parâmetros da comunicação não estancava na legitimação da palavra escrita e no reforço da alta hierarquia, através de normas protetoras de informações sigilosas. Ela atingiu também a palavra oral, de forma a limitá-la e prescrever seu uso somente em casos necessários.

"Manter a ordem e o silêncio nas salas de trabalho, vedando que entre funcionários se tratasse de assuntos estranhos ao serviço durante as horas de expediente" caberia a Diretores e chefes de seção.

Todas as atitudes dos funcionários deveriam estar voltadas para o trabalho, sendo-lhes proibido perturbar o silêncio da repartição ou estabelecimento" em que trabalhassem, bem como "formar agrupamentos, manter conversações sobre as

Aos alunos, o Regulamento definia como "falta disciplinar" quando: "assacassem injúria . ou calúnia contra outros alunos, ou funcionários do estabelecimento" em que estudavam, ou "praticassem contra os mesmos qualquer violência" e deixassem de "observar o regime interno, ou as ordens do setor ou de funcionários do estabelecimento".

As penas aos alunos consistiam em "admonestação, repressão escrita, suspensão de um a oito dias, perda do ano, exclusão definitiva da escola em caso de continuação das faltas". Quando ficassem comprovados a "falta de discernimento" e "bom comportamento anterior no estabelecimento ou fora dele", a "aplicação excepcional", o "aproveitamento ótimo" ou "qualquer serviços relevantes prestados ao estabelecimento, aos demais alunos ou à sociedade" a pena aplicada era a repreensão verbal.

Estas normas complementavam a organização da SESP, também nos moldes tayloristas, pois o processo de seleção recomendada por Taylor objetivava encontrar trabalhadores que melhor se adaptassem ao trabalho racional, selecionando aqueles que se submetiam física e psicologicamente aos métodos e tempos de trabalho definidos pela gerência.

A gerência, além de definir o tempo de trabalho, selecionava o "homem certo para o lugar certo", submetendo-o a um exercício de obediência às normas e ordens da empresa.

sim, na divisão do trabalho de Taylor, tem-se o trabalho intelectual como função de direção, planejamento, determinando as etapas da realização das tarefas. E, no trabalho manual, tem-se a função de execução, via obediência às normas, tempos e métodos definidos pela direção.

Tanto os critérios definidores do "merecimento" à promoção, quanto de penalidades, somados à criação, em 1934, de um "Júri verificador da incapacidade docente" que tinha por fim demitir professores, cuja "permanência" no sistema escolar "estivesse contrária aos interesses do Estado"<sup>35</sup>, garantiam, "tayloristicamente", a total sujeição do indivíduo à organização.

Neste sentido, a SESP pode ser compreendida como um aparato normativo que estava voltado para a uniformização hierarquizada do trabalho e da própria escola.

Cabe observar que, para o Diretor da Educação, Almeida Jr., a uniformização era uma das vantagens da escola, que, além de permitir ao aluno assimilar um "conjunto de qualidades de resignação", "fazia com que estes alunos "trabalhassem uniformemente, por dentro e por fora..." acabassem "sentindo, pensando e procedendo do mesmo modo", atingindo com isso um dos seus melhores resultados: domesticava "as inteligências".

espíritos..."<sup>36</sup>.

#### 4. Democracia...(organizacional!?) e ensino paulista

Os anos de 1934 à 1936 representaram para a SESP, mais especificamente para os serviços educacionais, menos assessoramento técnico-pedagógico e maior aprimoramento dos seus mecanismos de controle.

Assim, o aparelho educacional paulista foi sintonizado à política educacional preconizada na administração federal, em que o controle e a regulamentação favoreciam a administração centralizada: "a existência(...) de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização do tipo napoleônico, que permitia ao Ministro(Gustavo Capanema), de seu escritório no Rio de Janeiro, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país, em um momento dado"<sup>38</sup>

No processo racional de divisão do trabalho implantado na SESP nestes anos, deu-se a produção do que seria ensinado a partir da própria organização do trabalho escolar.

A estrutura hierárquica mediatizou a sobreposição do aparato técnico aos professores. E

mo condição necessária à eficiência do processo de trabalho, com todas as conseqüências em termos de controle e vigília, que dela decorria e estava fundada em uma compreensão democrática da sociedade.

Assim foi que Almeida Jr. apontou, anos após, como uma das vantagens de sua gestão a "padronização" do sistema escolar paulista que, a partir de então, começou a se desenvolver "por igual, em todo o território"<sup>39</sup>. Segundo ele, embora a escola recebesse "matéria prima heterogêna", produzia "um só tipo" e era justamente deste "caráter igualizador" que decorria o "seu glorioso papel nas democracias"<sup>40</sup>.

Para Armando de Salles Oliveira, representante dos derradeiros princípios liberais da burguesia industrial paulista, democracia não excluía a divisão social, devendo desenvolver-se tanto no sentido "horizontal" quanto "vertical"<sup>41</sup>. Dentro desta perspectiva, dizia, era necessário ao sistema educacional uma organização "a um tempo bastante vigorosa, para ter o máximo de eficiência, e bastante flexível para amortecer os pontos de atrito com o systema social e ajustar sem abalos o rythmo de suas transformações ao das mudanças produzidas e pela evolução econômica e social do mundo"<sup>42</sup>.



## NOTAS - CAPÍTULO II

- 1 - Embora tenha havido as gestões de Francisco Azzi e Luiz da Motta Mercier, entre o término da gestão de Fernando de Azevedo e início da de Almeida Jr., a pesquisa sobre as mesmas não encontrou elementos que pudessem estar vinculados às realizações ocorridas sobre a organização administrativa da educação, daí não enfocá-las.
  
2. - Filho de pequeno comerciante da cidade de Joanópolis, interior paulista, Almeida Jr., formou-se em 1909 na Escola Normal da Praça da República, onde passou a lecionar. Isto permitiu-lhe, junto à contribuição da família, reservar "algumas economias" e iniciar seu "banho de civilização" na Europa, por seis meses. De volta ao Brasil, em 1916 ingressou no curso de medicina e, enquanto o realizou, desempenhou funções tanto na área da educação quanto da saúde. Em 1920 tornou-se assistente do Diretor da Instrução Pública, Sampaio Dória e, em, 1921, com uma bolsa da Fundação Rockefeller, foi mantido assistente do Instituto de Higiene, onde inaugurou o ensino de educação sanitária. Em 1928 tornou-se livre-docente, em Medicina Pública pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1933, ao mesmo tempo que chefiou o Serviço de Saúde Escolar, regiu a cadeira de Medicina Legal da Escola Paulista de Medicina. Atuou na organização do plano de criação da Universidade de São Paulo, bem como no seu primeiro Conselho Universitário. Em 1935 assumiu a Direção do Ensino Paulista a convite do então governador, Armando de Salles Oliveira. conf.: ALMEIDA JR., A.F. de Sob as Arcadas. MEC/INEP/CBPE. RJ, s/d, cronologia, p. IV a VIII e p. 156.

3. - BELOCH, Isabel e ABREU, Alzira Alves(coord). DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO: 1936/1983. C.P.D.H.C.D JR. Ed. Forense Universitária, F.G.V./FINEP, 1984, p. 3034-35-36.
4. - SALLES OLIVEIRA, Armando de. Discursos. SP., Siqueira, 1935, p. 62 e 63.
5. - Idem, Ibid, p. 141
6. - Revista do IDORT, ano III, n.º 25, janeiro de 1934, p.
7. - No mesmo ano, 1934, a 21 de setembro, o IDORT entrega ao Governo do Estado 106 volumes contendo o resultado de seus estudos, sendo 31 deles referentes à SESP.
8. - Revista do IDORT, ano III, n.º 26, fevereiro de 1934, p. 34.
9. - Idem, ibid, p. 32 e 33.
- 10.- TENCA, Alvaro. Razão e Montada Política. O IDORT e a Grande Indústria nos Anos 30, Unicamp, IFCH, 1987, p. 2
- 11.- Revista do IDORT, ano III, n.º 36, Dezembro de 1934, p. 279.
- 12.- RAGE, Relatório Final, vol. II, Primeira Parte, p. 45
- 13.- Revista do IDORT, ano IX, n.º 101-102, maio e junho de 1940, p. 103.
- 14.- RAGE, Primeira Parte, vol. II, p. 89
- 15.- RAGE, Relatório Final, vol. II, Primeira Parte, p. 48.
- 16.- IDEM
- 17.- Idem
- 18.- Idem, p. 86
- 19.- Idem, p. 76
- 20.- Idem, p. 15 e 16
- 21.- ALMEIDA Jr., A.F. de. E a Escola Primária? SP., Companhia Editora Nacional, 1959, p. 97.
- 22.- in: AZEVEDO, Fernando(org.) A Educação Pública em São Paulo, p. 41.
- 23.- ALMEIDA Jr., A.F. de (org.) Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, p. 14.

24. Decreto 7321 de 05.07.1935.
25. E foi também transformado os serviços de Educação Física, em Departamento de Educação Física; Dec. 6425-9.5.1934
26. Embora o Regulamento seja o próprio decreto de 28.08:1935, suas finalidades estão no decreto 7321 de 05.07.1935.
27. "A linguagem fechada não demonstra nem explica — comunica decisões, sentença, comando. Onde define, a definição se torna 'separação entre bem e mal', estabelece coisas certas e erradas, indiscutíveis, e um valor como justificativa de outro valor. Desloca-se em tautologias, mas estas são sentenças terrivelmente eficazes. Julgam de uma 'forma pré julgada'; pronunciam condenação ..." in: MARCUSE, Hebert. A Ideologia da Sociedade Industrial, 4º ed., RJ. Zahar, 1973, p. 106.
28. Para Marcuse esta forma de comunicação traz em si uma linguagem que não se presta à locução, mas ao pronunciamento e estabelecimento de fatos que favoreçam o poder do aparato, tornando-se uma "ritualização autoritária da linguagem", mantendo a sujeição total do homem ao aparato produtor. op.cit., p. 106
29. "Toda burocracia busca aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados, mantendo secretos seu conhecimento e intenções. A administração burocrática tende a ser uma administração de "sessões secretas" na medida em que pode, oculta seu conhecimento e ação da crítica." in: HEBERT, Marcuse, op.cit., p. 106

- ca da burocracia, e nada é tão fanaticamente defendido pela 'burocracia' quanto essa atitude que não pode ser substancialmente defendida além dessas áreas especificamente qualificadas". Idem, p.270.
30. - A limitação do pensamento favorecia a manutenção estrutural da SESP, na medida em que o mesmo "...milita contra o fechamento do universo da locução e do comportamento: possibilita o desenvolvimento dos conceitos que desestabilizam e transcendem o universo fechado ao compreendê-lo como universo histórico. Confrontado com a sociedade em questão como objeto de reflexão, o pensamento crítico se torna consciência histórica; como tal ele é essencialmente julgamento...", MARCUSE, Hebert. op. cit., p. 105.
31. - TAYLOR, Frederick W. Princípios de Administração Científica. SP., Atlas, 1970, p.39.
32. - "A vadiagem no trabalho é considerada como característica dos níveis hierárquicos mais baixos. Tanto é que Taylor aponta a vigilância cerrada da gerência como solução possível para o problema".. SEGNINI, Liliansa R P. "Taylorismo: Uma Análise Crítica", in: BRUNO, Lucia e SACCARDO, Cleusa(coord.) Organização, Trabalho e Tecnologia, SP., Atlas, 1986, p.84.
33. - A organização do segundo grau pelo decreto federal 21.241 de 04.04.1932, divide-o em dois cursos: o fundamental de cinco séries e o complementar, com duas séries; cada série correspondendo a um ano de vida escolar. Este decreto padroniza para todo o território nacional o início e término das aulas, período de inscrição e realização de exame de admissão, período de matrícula para curso secundário, o limite máximo e mínimo de horas-aula semanais, tempo de cada aula, condições da frequência, condição e periodização de avaliações (mensais, parciais, finais).

- 34.- WEBER, Max. Ensaio de Sociologia, p. 293.
- 35.- Decreto 6425 - 09.05.1934.
- 36.- ALMEIDA Jr., A.F. de. A Escola Pitoresca — e outros estudos. CBPE/MEC/INEP. RJ., 1966(1ª ed.1934) p.81 e 82
- 38.- SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Capanema, p.142.
- 39.- ALMEIDA Jr., A.F. de A Escola Pitoresca..., p.228
- 40.- Idem, p.81
- 41.- SALLES OLIVEIRA, Armando de. Para que o Brasil Continue. Discursos Políticos.RJ., Livraria José Olympio. Ed., 1937, p.72.
- 42.- Idem, ibid, p.82 e 83
- 43.- CHAUI, M.S. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 2<sup>o</sup> ed., SP.,Ed.Moderna, 1981,p.96.
- 44.- CHAUI, M.S. Seminários - O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira SP., Brasileira,1984, p.36.
- 45.- CARVALHOS, José Murilo de.Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que Não Foi.SP, Companhia das Letras, 1987, p.54 e 65

### CAPÍTULO III

#### 1937/1945: ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL PAULISTA ENQUANTO REDUTO DE EMPREGO

Como foi visto até aqui, nos primeiros anos, a organização do aparato administrativo da educação paulista deu-se em função de ideais de construção de um homem novo e de uma nova sociedade, direcionando o processo pedagógico e cercando-o de órgãos técnicos. No período de 1934-1936, prelaveceu o norteamento racionalizador fundamentado em princípios tayloristas que, também, em busca de "um homem novo" e de um "tempo novo"<sup>1</sup>, infiltrou-se naquele aparato de forma a organizar seu processo de trabalho interno.

Até 1937, os educadores da Escola Nova, técnicos do IDORT e Armando de Salles Oliveira garantiram o desempenho de funções restritas à elaboração de normas e leis e mantiveram uma organização em que se articularam proposições ideológicas em termos de nacionalismo e civilidade.

No período, ora enfocado, a organização da SESP não foi diferente dos anos anteriores. A divisão e especialização do trabalho foi resguardada, mas a sua estrutura clientelística tomou relevância, em detrimento das proposições ideológicas.

A SESP procurou, paralelo à ampliação de cargos, o ajustamento do ensino estadual às diretrizes da União e à manutenção dos esforços de modernização que, até então, permearam sua estrutura.

### 1. A ampliação do número de cargos

A administração da educação paulista, nesses últimos anos, caracterizou-se pelo elevado crescimento de empregos que, sobre os seus órgãos, se efetuou

A capacidade de cooptação da SESP foi reforçada, com uma aceleração da criação de cargos e preenchimento destes cargos sem as exigências de concurso ou título, ou ainda, requisitos que comprovassem a competência técnica dos seus ocupantes<sup>2</sup>.

Enquanto, no período de 1932 a 1945, a proporção de aumento de escolas, professores e matrículas foi em torno 105% a 118%, os subordinados diretos ao Secretário da Educação e Saúde Pública, entre 1931 a 1939, se elevaram em 169%. Os subordinados ao Diretor do Departamento de Educação, entre 1931 e 1938, em média, cresceram 120%. Já os Inspectores Regionais e Delegados de Ensino, entre 1931 e 1945, cresceram 104% e 250%, respectivamente. Por sua vez, os funcionários do

Departamento de Educação Física, entre 1931 e 1938, a

pliados em 503%, os da Superintendência do Ensino Profissional, entre 1934-1938, em 860% e, do Serviço de Educação Sanitária, de 1933 a 1938, em 376%. Ou seja, paralelo a um dos menores índices de aumento, que fora o de matrículas, tinha se a maior ampliação do corpo de funcionários na Superintendência do Ensino Profissional e Departamento de Educação Física.<sup>3</sup>

NÚMEROS DE FUNCIONÁRIOS (POR ÓRGÃOS) NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PAULISTA

Superintendência do Ensino Profissional		Serviço de Saúde Escolar		Subordinados ao Secretário de Educação e Saúde Pública		Departamento de Educação Física		Subordinados imediatos ao Diretor Geral do Ensino		Delegados de Ensino		Inspetores de Ensino			
ano	nº func.	ano	nº func.	ano	nº func.	ano	nº func.	ano	nº func.	ano	nº func.	ano	nº func.		
1934	05	1933	43	1931	72	1931	10	1930	49	1931	10	1931	60		
				1932	51			1932	22			1932	104		
				1933	78			1933	23			1933	84		
1938	48	1938	164	1935	92	1937	45	1934	27	1934	23	1934	100		
				1935	44			1938	30			1938	108		
				1939	193			1938	63			1938	108	1945	122
índice aumento	860%	índice aumento	376%	índice aumento	169%	índice aumento	503%	índice aumento	120%	índice aumento	250%	índice aumento	104%		

Nesta ampliação de cargos, chamou a atenção o significativo crescimento do número de profissionais da saúde lotados nos órgãos educacionais da SESP<sup>4</sup>.

Em 1933, eles eram dois médicos gerais, sete médicos especialistas e trinta e um educadores sanitaristas, vinculados ao Serviço de Saúde Escolar. Em 1938, a Superintendência do Ensino Profissional passou a ter um médico



chefe e um dentista, e o Departamento de Educação Física, quatro médicos e um dentista. Também, em 1938, os cargos no Serviço de Saúde Escolar foram ampliados e ele passou a ter um médico chefe, dois médicos assistentes, um médico responsável por internações, dois psicanalistas, dois psicólogos, vinte e quatro médicos especialistas, vinte médicos escolares, trinta e cinco educadores sanitaristas, treze enfermeiros escolares, treze enfermeiros visitantes.

Estes dados revelaram que a ampliação dos técnicos da saúde, na administração educacional paulista, no período analisado, foi de 200%.

Esta ascedência dos técnicos na SESP, que era um fenômeno geral, também correspondeu, na interpretação dada por Miceli, a uma "situação inflacionária do mercado de diplomas superiores", derivada das reformas de ensino Benjamin Constant (1891) e Rivadávia Correa (1911) que, ao instituírem a liberdade de ensino, disseminaram o número de escolas superiores na esfera privada.<sup>5</sup> Em conseqüência desvalorizou-se o título universitário, fazendo com que os portadores deste exercessem pressões "em favor dos espaços e dos mecanismos de cooptação"<sup>6</sup>, que estavam se dando com a expansão do poder público na época, pois dependiam da ampliação das oportunidades de "serem cooptados pelo serviço público"<sup>7</sup>

cusado, pela imprensa, de manter um "luxo asiático" num sistema de poucos recursos; os corpos técnico e de inspeção, com parados ao mandarinato da administração estatal do modo de produção asiático, surgiam não só como funcionários asseguradores da "passividade política das massas"<sup>11</sup> mas, ao mesmo tempo, como "parasitas"<sup>12</sup>, frutos da crença no ordenamento social<sup>13</sup>. Tudo isso era lamentado por ele, visto que, junto à oportunidade de ascensão na hierarquia da administração educacional, "abrindo-a" aos que "lutavam pela carreira", estavam seus propósitos de tornar "mais eficiente o ensino"<sup>14</sup>.

No período de 1934 à 1936, deu-se, na SESP, a única tentativa de extinção de cargos de funcionários do Departamento de Educação<sup>15</sup>. A medida foi invalidada após sua decretação por ter sido considerada "vantagem, para a boa ordem dos trabalhos" daquele Departamento, a necessidade de se restabelecer "alguns dos cargos suprimidos". Assim, foram recriados os cargos e o número de funcionários foi ampliado em 63%<sup>16</sup>. Nesse mesmo período, em 1935, Almeida Jr caracterizou a administração educacional paulista como um aparato em que se tinha um aumento nos cargos, maior que o aumento de "serviços"<sup>17</sup>.

Contudo o fenômeno do empreguismo na administração da educação não estava restrito ao âmbito estadual, pois,

lho, Indústria e Comércio; Relações Exteriores, considerados "políticos" e que detinham 23% dos funcionários civis da União, a maior parte desse grupo, aproximadamente 11%, estava sediada no Ministério da Educação e Saúde Pública.<sup>18</sup>

Assim, a estrutura da SESP estava condizente com a linha política do momento, pois o poder central, fortalecido com o aumento do funcionalismo, atendia à dinâmica da estrutura social, absorvendo considerável contingente das incipientes classes médias urbanas, o que lhe permitia assumir um papel <sup>ne</sup>bévolente, distribuidor de favores e empregos.

## 2. Modernização e ajustamento ideológico

A ampliação dos cargos, na SESP, reforçou as "panelas burocráticas". Mas como já foi observado, estas "panelas" já existiam em sua estrutura, desde os primeiros anos de sua implantação, quando a SESP recrutou, para a direção da educação, pessoas vinculadas a um só grupo, responsável pelos esforços de modernização no ensino público paulista, no período oligárquico, e que tinha em Sampaio Dória a figura central.

Contudo, nestes últimos anos, a conjuntura política determinante na organização destas "panelas", foi diferente daquela do início da década.

A Intentona Comunista(1935), o exílio de Armando de Salles Oliveira e a própria necessidade que a indústria tinha de "proteção do poder público"<sup>19</sup> foram fatores de sujeição de setores da burguesia — como membros do IDORT —, ou de intelectuais — como os educadores da Escola Nova —, ao Estado Autoritário implantado em 1937.

Também a campanha de renovação educacional, fundada em princípios liberais, entrou em declínio com o Estado Novo<sup>20</sup>. Esse Estado, centrado no intervencionismo e combatendo frontalmente o liberalismo, exigia, em nome da eficiência, a identificação dos servidores com os princípios autoritários.

Daí ter sido também, uma das características do período 1937-1945, na SESP, o alijamento de membros do Movimento da Escola Nova. O cargo de Diretor Geral da Educação passou a ser preenchido por funcionários de carreira do próprio Departamento de Educação, o que assegurou o prevalecimento das diretrizes e princípios autoritários do Estado Novo, e manteve a SESP coerente com o momento dado.

A falência do liberalismo, em função do fortalecimento do Estado —, dotado de potente aparelho burocrático, com funções repressivas —, complementava o processo de modernização a que os princípios liberais deram início: ao mesmo tem-

ção do político ao administrativo.

Nessa transição de político ao administrativo, que comprometeu a permanência de membros do movimento da Escola Nova na condução do ensino paulista, assumiu importância a criação de outra Comissão na estrutura da SESP

Em 1939, foi criada, no Departamento de Educação, uma Comissão de Reorganização do Ensino, com a função de "rever e atualizar" dentro de "normas estabelecidas pelo governo federal, a legislação do ensino pré-primário, primário, normal e profissional"<sup>21</sup>.

Essa Comissão de Reorganização do Ensino respaldou a crença na competência técnica, a medida que sua composição deveria dar-se por nove educadores de "notória competência", nomeados pelo Governo do Estado, pressupondo, tal competência, o sentimento de lealdade que os mesmos deveriam despertar junto a cúpula burocrática da educação paulista. A "competência", imbuída de lealdade, servia aos propósitos políticos do Estado, na medida <sup>em</sup> que suas funções asseguravam a "despolitização" do poder público em matéria educacional.

Além de órgão que teve por papel despolitizar questões educacionais, a SESP continuou a ser mantida como agen-

ra sua racionalidade.

Com a implantação do Estado Novo e o exílio de Armando de Salles Oliveira, a nível estadual, o plano de reorganização administrativa do IDORT(RAGE) não teve continuidade<sup>22</sup> mas, em 1938, o IDORT é novamente chamado, pelo então interventor do Estado, Dr. José Joaquim Cardoso de Mello Neto, para estudar o funcionalismo público do Estado, designando, então, uma comissão de técnicos daquele Instituto para "reajustamento" dos quadros dos funcionários civis da máquina governamental paulista.

Tal como outros técnicos do IDORT fizeram ao Governo da União em 1936, essa comissão irá propor, ao Interventor, a criação de um Conselho Estadual do Serviço Público Civil, subordinado ao Chefe do Governo e de Comissões de Eficiência em cada uma das Secretarias.<sup>23</sup>

Houve daí, na SESP, palarela à ampliação dos cargos e ao não provimento destes cargos por concurso, a criação da Comissão de Eficiência<sup>24</sup>, encarregada de efetuar classificação e dar certa "organicidade" ao funcionalismo.

Todavia, essa Comissão junto a outras criadas em diversos órgãos públicos de âmbito estadual, foram descritas como extensões do Conselho Federal do Serviço Público Civil

Isto é, instâncias da administração central que exerciam função de mediação, através das quais o Estado intervinha no mercado de postos administrativos, científicos e culturais. Elas possibilitaram, ao Estado, transformar-se em uma agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção<sup>25</sup>. Deu, junto às demais, atenção "especial aos requisitos destinados a garantir o êxito do processo de ampliação dos mecanismos de cooptação" dos contingentes que passaram a fazer parte da elite burocrática.

Assim, enquanto agente de modernização, a administração pública da educação teve, nesse período, maior eficiência e racionalidade direcionadas no sentido de expansão e organização de seu corpo burocrático e se inseriu no processo que Schwartzmann denominou de "modernização conservadora"<sup>26</sup> da esfera político-administrativa brasileira.

Nesse período, a ampliação do aparato administrativo da educação assegurou a condução da educação paulista, de acordo com o norteamento da União, porque cumpriu duas funções: era campo aberto ao sistema de cooptação<sup>27</sup> e manutenção do corpo burocrático, e permitia a organização legal da educação sob os auspícios do Estado, conferindo-lhe maior poder de fiscalização sobre o processo pedagógico.

arcaicos de administração. Com uma estrutura continuísta, de substituição e ampliação de quadros, no seu aparelho burocrático, sustentou um sistema patrimonialista<sup>28</sup>, de cooptação. Negou o "moderno" e o "novo" que rotulava o discurso e a pretensão daqueles que de uma ou outra forma até então a haviam estruturado.



## NOTAS CAPÍTULO III

1. Eram estes os propósitos dos princípios tayloristas. conf.: Taylor, F.W. op. cit., p. 26-27.
2. Muitos decretos, ao criarem cargos, já autorizavam a nomeação, para provimento, de pessoas que há algum tempo desempenhavam de forma "irregular", as funções dos mesmos.
3. Nas páginas 123-7 há a relação de cargos dos órgãos descritos
4. Não é possível remeter esta ampliação à justificativa de que o poder público canalizou esforços para uma possível política de saúde, pois não houve nenhuma medida neste sentido, apenas, e tão somente deu-se a ampliação de técnicos.
5. Com estas reformas teve-se a quebra da hegemonia das escolas oficiais do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Bahia e Ouro Preto, agravando a desvalorização do título universitário.
6. MICELI, Sérgio p. cit., p. 38 e 41.
7. Idem, ibid, p. 36-41.
8. Visto caber aos técnicos e aos cargos de chefia, assistidos por eles, resistir aos grupos ou partidos que vivessem à "custa de favores e concessões", procurando fazer da administração "uma obra de assistência", um instrumento para fins eleitorais", in: ALMEIDA Jr., A.F. (org) Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, p. 332.

9. E que só tinham "esperança de melhoria econômica mediante um golpe de fortuna" e transformando a carreira "numa verdadeira loteria", SUD MENNUCCI - O que Fiz e Pretendia Fazer, p. 234.
10. Idem, ibid., p. 92.
11. TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. SP, Ática, 1974 p.37.
12. WEBER, Max. História Geral da Economia. SP, Mestre Jou, 1968 p.297.
13. Idem, ibid., p. 298.
14. MENNUCCI, Sud. O Que Fiz e Pretendia Fazer, p. 156
15. Decreto 6425 - 09.05.1934.
16. Decreto 7339 - 05.07.1935.
17. ALMEIDA Jr., A.F. de Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, p.14.
18. MICELI, Sérgio, op. cit., p. 134.
19. LEME, Marisa. A Ideologia dos Industriais Brasileiros. (1919 1945). Petrópolis, Vozes, 1978, p. 17 e 30.
20. A nova Carta Constitucional contemplou algumas reivindicações daquele movimento, encarregando a União de fixar as bases da educação, traçar as diretrizes do ensino e determinar os quadros da educação nacional; esta

institutos de ensino profissional; determinando a cooperação entre Estado e indústria, ao estatuir o dever destas de criar, junto aos sindicatos, escolas técnicas para filhos de seus operários.

21. Decreto 10.134 - 18.04.1939.

22. Conforme VARGAS, Nilton. **Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil**, in: Ciências Sociais Hoje - 1985 (Anuário de Antropologia Política e Sociologia) SP., Cortez Ed., 1985, p.168

23. Revista do IDORT, ano VII, Março de 1938, nº 75.

24. Decreto 10.311 - 16.06.1939.

25. MICELI, Sérgio. op.cit., p. 137-8

26. Significando que tornar mais eficiente e racional a administração, no caso brasileiro, é substituir uma elite tradicional por outra "mais técnica e atualizada". SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**, p. 19.

27. A cooptação está sendo pensada enquanto multiplicação de posições hierárquicas e de assessoria nas estruturas de poder, tornando mais importantes as posições, em detrimento das funções, e significando que "a administração governamental tem as características de um patrimônio a ser explorado", cf. SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**, p. 23



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na exposição realizada, foram simultâneas a descrição e a interpretação dos dados acerca da criação e estruturação da administração da educação paulista.

A SESP foi mantida, nos quatorze anos enfocados, por uma profunda ambigüidade. Esta ambigüidade decorreu da valorização, dada pelos seus dirigentes, à racionalidade como instrumento solucionador de problemas de uma organização escolar, sem levar em conta a sociedade na qual a escola se situava.

Sob a crença na racionalidade, a implantação da SESP, assegurando uma administração eficiente da educação, correspondeu à expectativa dos que pensavam a educação na época, como os educadores da Escola Nova e o IDORT. A Secretaria da Educação paulista tornou-se receptáculo do que havia de mais atual no pensamento político, retratado em termos de diretrizes condutoras do ensino. Conjugada a isto, a SESP estava inserida em uma sociedade pobre, carente do direito à educação visto seu alto índice de analfabetismo.

A contradição entre estes dois aspectos, o organiza-

uma elite pensante do país —; e o social — em que predominava a ausência de representatividade organizada, a miséria, o analfabetismo e o estado precário de saúde da população—, dificultou o desempenho da SESP em matéria educacional, impedindo-lhe a realização de uma tarefa mais voltada para o "desenvolvimento do ensino paulista".

A SESP surgiu como conseqüência da ação governamental de Vargas, ao considerar as questões sociais calcadas em parâmetros técnicos. Mas, ao longo dos anos, sua estruturação se ateve à criação de mecanismos para manutenção da ordem do sistema de ensino já existente e da própria dinâmica do seu trabalho interno.

Neste percurso, a SESP negligenciou o direito social básico, vislumbrado com sua criação, ou seja, o da garantia de educação para todos. Tanto assim que, nenhuma das medidas que corroboraram na sua implantação e estruturação, estava voltada para a ampliação da escolaridade básica.

Nos primeiros anos, a busca de eficiência ensejou a ampliação do aparelho de inspeção sobre o professorado e poucas medidas foram tomadas em prol da capacitação docente. Seus conselhos, atrelados a corporações, procuraram garantir uma vinculação entre a educação escolar e as diversas forças so-

A SESP contribuiu com propósitos de organização de uma sociedade harmoniosa, baseada em postulados científicos. A orientação que prevaleceu esteve voltada para a organiza-  
ção disciplinar da sociedade. Neste empreendimento foi posi-  
tiva a ação sistemática sobre a área da saúde escolar, quan-  
do direcionada para a prevenção, controle e combate de molés-  
tias contagiosas. Mas, junto a esta ação, esteve o incentivo  
à formação de consciência nacional que procurou camuflar a  
divisão das classes sociais, e voltou-se para a organização  
da opinião pública, investindo no sentido da moralização e  
direcionamento da cultura. Neste processo, o pedagógico, valo-  
rizado pela Secretaria no seu poder de capacitação para o  
trabalho, tanto na ótica ruralista, como visto pelo prisma  
industrial, representou somente mais um dado do discurso com  
que os Diretores da Educação Paulista demonstraram sua espe-  
cialidade técnica, e não foi a preocupação prioritária de suas  
práticas.

Este quadro da condução do ensino se completou no se-  
gundo período analisado. A racionalidade proposta pelo IDORT  
determinou a manutenção de uma organização "conveniente", sus-  
tentadora de relações verticais. Neste empenho, o silêncio  
nas relações de trabalho foi instituído, o tempo de trabalho  
foi cronometrado, e a vida profissional daqueles que, de uma  
ou de outra forma trabalhavam no aparelho educacional, foi a

to de critérios disciplinares.

A racionalidade do IDORT, que embasou a pretensão de Armando de Salles Oliveira em modernizar a SESP, complementou a estrutura implantada nos anos anteriores. Enquanto os educadores da Escola Nova, por meio da divisão de funções entre planejamento e execução, ordenaram e criaram mecanismos condutores de todas as esferas, direta ou indiretamente ligadas ao processo pedagógico escolar, os técnicos do IDORT, enfatizando a "administração científica" na Secretaria, lançaram as bases da divisão clara entre funções planejadoras e executoras no interior da SESP, privilegiando a organização burocrática, em detrimento do ensino e valorização dos professores.

A difusão do método de Taylor, ao imprimir maior racionalidade aos serviços públicos da educação paulista, resultou em todo um aparato de fiscalização e controle, no qual a organização do tempo e da comunicação oral e escrita, favoreceram a manutenção de uma estrutura de carreira e padronização do sistema escolar.

Nestes moldes divisórios, a estrutura da SESP já se achava montada quando do Estado Novo, mas, os educadores, que a defenderam e implantaram, foram aliçados da administração pública-



nizadoras perderam seus pressupostos liberais. A racionalidade revelou-se com todo um ímpeto de "apoliticidade", como roupage para manutenção de uma administração educacional voltada para cooptação, ampliando o poder empregatício da SESP.

Assim, a estruturação da SESP, permeada por ambigüidades, atendia ao próprio contexto em que ela se situava: não havia pressão por parte da sociedade para que a administração educacional desempenhasse seu papel de "desenvolvimento do ensino", de forma a garantir o direito à educação, inerente ao cidadão. Simultaneamente, a ampliação do poder de cooptação da Secretaria, em detrimento de um esforço para a ampliação da escolaridade básica da população, foi favorecida, ainda, pela existência de um contingente urbano com interesse em usufruir do seu aparato de favores, pois que significava o acesso a um patrimônio, numa sociedade com poucas possibilidades de emprego. E ainda mais, <sup>por</sup> estar inserido no corpo burocrático da Secretaria, nos moldes em que estava estruturada a carreira interna, significava poder vislumbrar, como perspectiva de vida, a mobilidade social, ocorrência difícil na sociedade daqueles anos.

O período do regime Vargas, significou a crescente participação do Estado na vida social e econômica, bem como a cooptação contínua das lideranças locais em todos os níveis<sup>1</sup>.

---

A implantação e estruturação da SESP se deu baseada em mecanismos que garantiram esta linha política em matéria educacional.

A SESP minimizou, enquanto aparelho portador de uma racionalidade embasada na "administração científica", as forças humanas do aparato educacional paulista. Assim, traduziu a ética da eficiência como ética que atendia aos interesses de intervenção do Estado sobre a sociedade, garantindo a subordinação, em matéria educacional, do Estado de São Paulo à União. As elites burocrático-administrativas que conduziram o ensino na época foram as responsáveis pela coerência que a SESP manteve com as diretrizes políticas do Governo central.



## QUADROS

## 1. Subordinados Imediatos ao Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo

Em 1931 - Decreto 4.917 - 03.03.1931

Funções	nº de cargos
Auxiliar	02
Oficial de Gabinete	01
Diretor Geral	01
Consultor Jurídico	01
Chefe de Seção	01
Primeiro Escrivão	06
Segundo Escrivão	10
Terceiro Escrivão	24
Contínuo	08
Porteiro	01
Servente	12
<b>Total</b>	<b>72</b>

Em 1935 - Decreto 7.321 - 05.07.1935

Funções	nº de cargos
Oficial de Gabinete	01
Auxiliar de Gabinete	02
Diretor Geral do Departamento Administrativo	01
Sub-Diretor Geral do Departamento Administrativo	01
Consultor Jurídico	01
Diretor	03
Chefes de Seção	07
Primeiro Escrivão	06
Segundo Escrivão	14
Terceiro Escrivão	20
Quarto Escrivão	14
Porteiro-Zelador	01
Contínuo	06
Servente	09
Motorista	04
<b>Total</b>	<b>92</b>

Em 1939 - Decreto 10.311 - 16.06.1939

Funções	nº de cargos
Diretor Geral do Departamento Administrativo	01
Sub-Diretor Geral do Departamento Administrativo	01
Consultor Jurídico	01
Diretor	06
Chefe de Seção	16
Guarda-Livro	05
Inspetor de Contabilidade	02
Guarda-Livro Auxiliar	08
Primeiro Escrivão	14
Segundo Escrivão	20
Terceiro Escrivão	32
Quarto Escrivão	64
Porteiro-Zelador	01
Contínuo	06
Mensageiro	02
Servente	14
<b>Total</b>	<b>193</b>

2. Subordinados ao Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo.

Em 1934 - Decreto 6.425 - 09.05.1934

Funções	nº de cargos
Secretário Geral	01
Chefe de Seção	02
Primeiro Escrivão	04
Segundo Escrivão	08
Terceiro Escrivão	01
Porteiro	03
Contínuo	02
Motorista	04
Servente	
<b>Total</b>	<b>27</b>

Em 1935 - Decreto 7.339 - 05.07.1935

Funções	nº de cargos
Diretor da Secretaria	01
Auxiliar de Diretor da Secretaria	01
Chefes de Seção	02
Bibliotecário	01
Primeiro Escrivão	06
Segundo Escrivão	08
Terceiro Escrivão	10
Cartógrafo	01
Remissista da Revista de Educação	02
Ficheiro da Revista de Educação	01
Porteiro	01
Contínuo	04
Servente	06
Motorista	02
<b>Total</b>	<b>44</b>

Em 1938 - Decretos 9.108-11.04.38, 9.109-14.04.38 e 9.255-22.06.38

Funções	nº de cargos
Assistente do Diretor Geral	02
Oficial de Gabinete do Diretor Geral	01
Auxiliar de Gabinete	01
Tesoureiro	01
Diretor da Secretaria	01
Superintendente do Ensino Primário	01
Superintendente do Ensino Secundário	01
Superintendente do Ensino Profissional	01
Diretor do Serviço de Saúde Escolar	01
Diretor do Serviço de Orientação Pedagógica	01
Chefe de Serviço do Pessoal	01
Chefe de Serviço do Almoço	01
Chefe do Serviço de Prédios Escolares	01
Chefe do Serviço de Estatística	01
Chefe do Serviço de Instituições Aux. da Escola	01
Inspector Geral de Educação Física	01
Inspector Geral da Música	01
Desenhista Arquiteto	01
Encarregado de Cinema Educativo	01
Encarregado de Publicidade	01
Bibliotecário	01
Primeiro Escrivão	06
Segundo Escrivão	12
Terceiro Escrivão	15
Quarto Escrivão	05
Cartógrafo	01
Porteiro	01
Contínuo	03
Servente	04
Motorista	04
<b>Total</b>	<b>81</b>

Em 1930 - Decreto 4.795 - 17.12.1930

Funções	nº de cargos
Diretor da Secretaria	01
Tesoureiro	01
Chefe de Seção	03
Primeiro Escrivão	03
Segundo Escrivão	09
Terceiro Escrivão	21
Cartógrafo	01
Bibliotecário	01
Porteiro	01
Contínuo	03
Servente	05
<b>Total</b>	<b>49</b>

Em 1932 - Decreto 5.325 - 07.01.1932

Funções	nº de cargos
Secretário Geral	01
Tesoureiro	01
Bibliotecário	01
Chefe de Seção	03
Primeiro Escrivão	06
Segundo Escrivão	12
Terceiro Escrivão	15
Cartógrafo	01
Porteiro	01
Contínuo	03
Servente	04
Motorista	04
<b>Total</b>	<b>51</b>

Em 1933 - Decreto 5.828 - 04.02.1933

Funções	nº de cargos
Diretor Geral da Secretaria	01
Assistente Técnico do Diretor	01
Oficial de Gabinete	01
Auxiliar de Gabinete	01
Secretário Geral	01
Sub-secretário	01
Chefe de Serviço Técnico	18
Chefe de Seção	04
Bibliotecário	01
Tesoureiro	01
Primeiro Escrivão	06
Segundo Escrivão	12
Terceiro Escrivão	15
Quarto Escrivão	02
Cartógrafo	01
Porteiro	01
Contínuo	03
Servente	04
Motorista	04
<b>Total</b>	<b>78</b>

## 3. Funcionários da Superintendência do Ensino Profissional

Em 1934 - Decreto 6.604 - 13.08.1934

Funções	nº de cargos
Chefe de Serviço	01
Assistente	01
Médico	01
Professor Ajudante	01
Inspetor Geral	01
<b>Total</b>	<b>05</b>

Em 1938 - Decretos 8.896-03.01.38 e 9.876-03.12.38

Funções	nº de cargos
Superintendente	01
Secretário	01
Primeiro Escrivão	01
Segundo Escrivão	02
Terceiro Escrivão	02
Quarto Escrivão	08
Guarda-Livro	01
Guarda-Livro Auxiliar	01
Agente Comercial	01
Assistente	01
Médico Chefe	01
Inspetor Geral	03
Inspetor	01
Inspetor de Trabalho Feminino do Ensino Profissional	01
Inspetor de Educação Doméstica Oficial	01
Inspetor do Ensino Profissional Particular	06
Inspetor Técnico da Corp. Esc. Bandeirantes	01
Inspetor de Educação Física	01
Dietista	01
Orientador de Ensino Artístico	01
Chefe do Serviço de Desenho Técnico	01
Chefe do Serviço de Rádio	01
Encarregado do Serviço de Publicidade	01
Desenhista	01
Assistente Técnico Auxiliar	03
Professor de Canto Orfeônico	01
Porteiro	01
Servente	02
Motorista	01
<b>Total</b>	<b>48</b>

## 4. Funcionários do Departamento de Educação Física

Entre 1931 e 1935 - Decretos 4.855-19.31 e 7.214-18.06.35

Funções	nº de cargos
Diretor	01
Inspetor Técnico	01
Secretário Geral	01
Escriturário	01
Datilógrafo	01
Médico	03
Desenhista	01
Fotógrafo	01
Servente	02
<b>Total</b>	<b>10</b>

Em 1937 - Decreto-lei 3.013-05.07.37

Funções	nº de cargos
Diretor	01
Secretário	01
Médico	03
Inspetor Técnico	01
Inspetor Regional	24
Professor de Danças	01
Professor de Esgrima	01
Segundo Escrivão	01
Terceiro Escrivão	02
Quarto Escrivão	04
Desenhista	01
Fotógrafo	01
Contínuo	01
Servente	03
<b>Total</b>	<b>45</b>

Em 1938 - Decreto 9.605-12.10.1938

Funções	nº de cargos
Diretor Geral	01
Diretor Técnico	01
Diretor Administrativo	01
Assistente Técnico	01
Secretário Geral	01
Primeiro Escrivão	01
Segundo Escrivão	02
Terceiro Escrivão	04
Quarto Escrivão	06
Inspetor Chefe	01
Inspetor Geral	10
Inspetor Regional	05
Assistente Médico	04
Dentista	01
Auxiliar Técnico	04
Desenhista Projetista	01
Desenhista Auxiliar	01
Fotógrafo Cinematografista	01
Bibliotecário Arquivista	01
Professor de Esgrima	01
Professor de Danças	01
Professor de Música	01
Bedel	02
Contínuo	02
Servente	05
Porteiro	01
Mecânico	01
<b>Total</b>	<b>63</b>

## 5. Funcionários do Serviço de Saúde Escolar

Em 1933 - Decreto 5.828 - 04.02.1933

Funções	nº de cargos
Educadora Sanitária Volante	10
Chefe de Serviço	01
Médico	02
Médico Especialista	07
Educadora Sanitária Chefe	01
Desenhista	01
Chefe de Turma Volante	01
Educadora Sanitária Distrital	20
<b>Total</b>	<b>43</b>

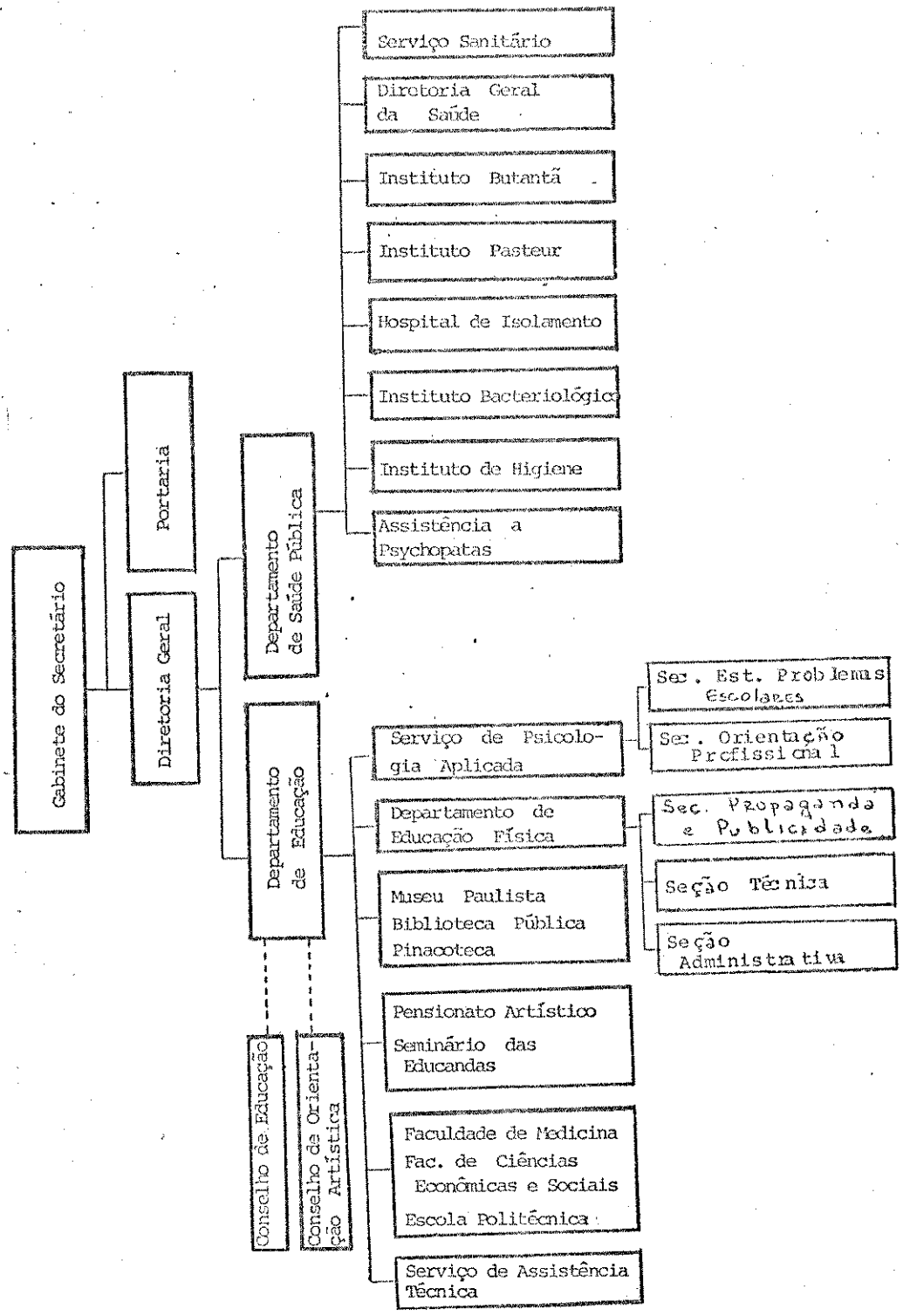
Em 1938 - Decreto 9.872 - 28.12.1938

Funções	nº de cargos
Diretor	01
Médico-Assistente	02
Secretário	01
Médico Especialista	24
Médico Escolar	20
Educadora Escolar Chefe	01
Educadora Escolar Auxiliar	02
Educadora Escolar Sanitária	35
Enfermeiro Escolar Chefe	01
Enfermeiro Escolar	12
Enfermeiro Visitador	06
Primeiro Escrivão	01
Segundo Escrivão	02
Terceiro Escrivão	04
Quarto Escrivão	07
Escrevente	06
Desenhista	01
Técnico Fotógrafo em Raio-X	01
Médico-Chefe	01
Médico Psicanalista	02
Médico Internista	01
Psicólogo	02
Visitador	01
Steno-dactilógrafo	01
Porteiro Zelador	01
Servente	08
Contínuo	02
<b>Total</b>	<b>164</b>

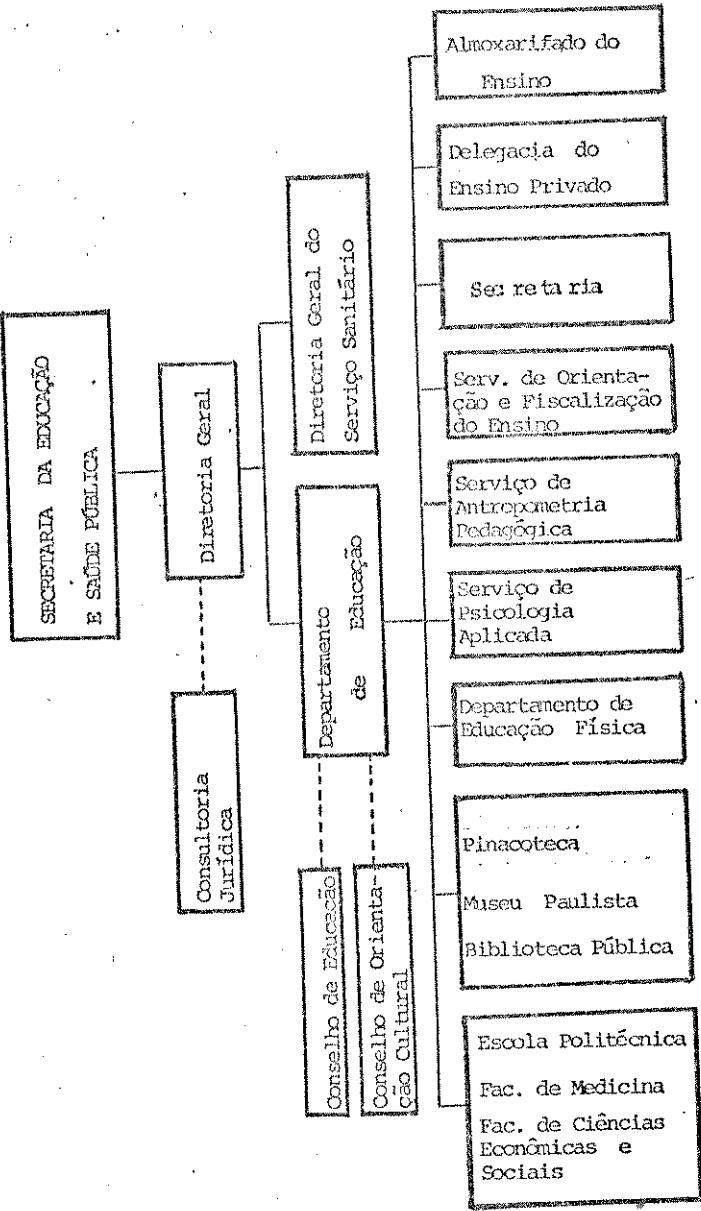


ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA I  
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA - em 1931  
 Decreto 4917 - 03.03.1931 - (Cessão de Lourenço Filho - Dep. Educ.)



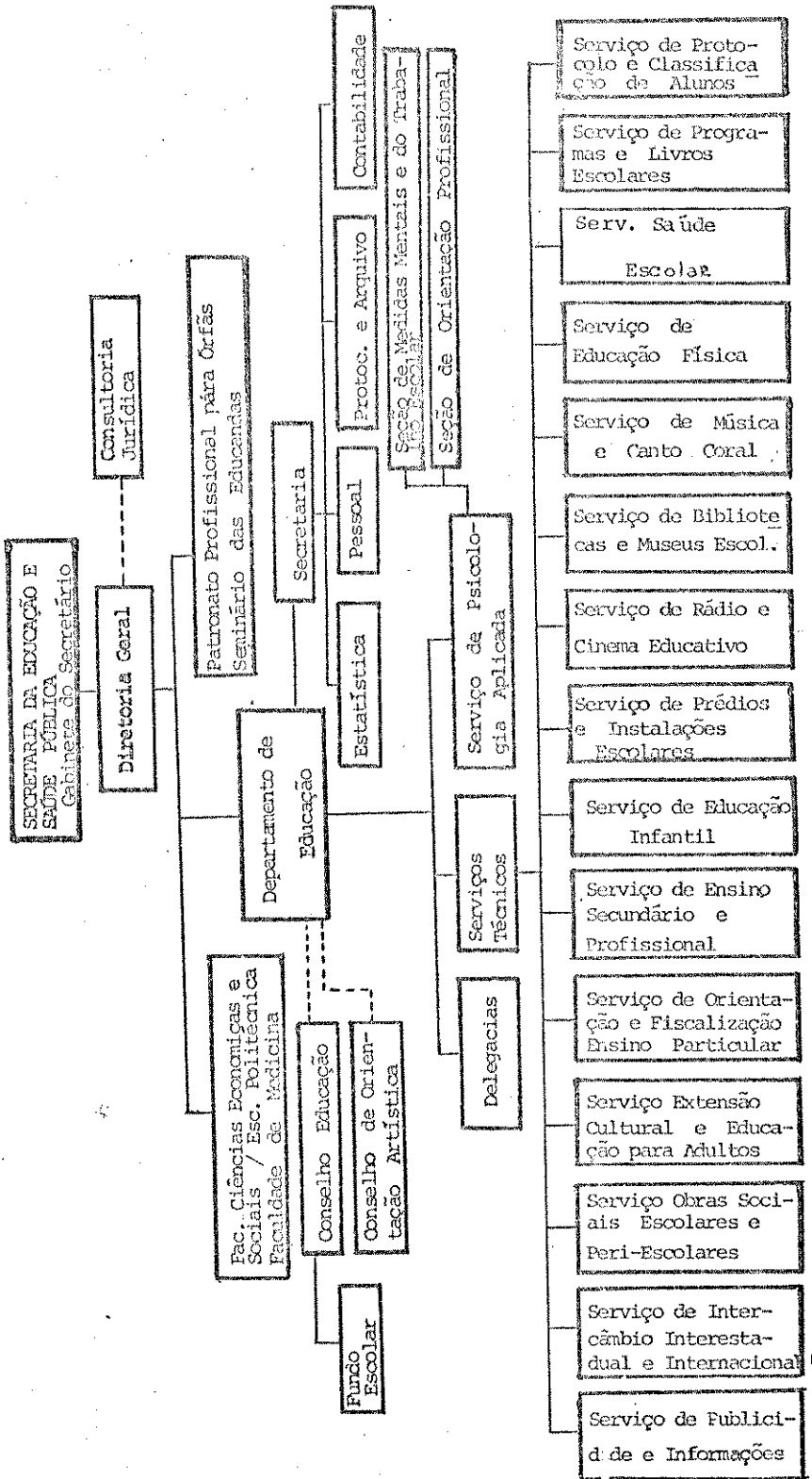
ORGANOGRAMA II  
 ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO PAULISTA EM 1932  
 decreto 5325 - 07.01.1932 - (Gestão de Sid Mennucci - Dep. Educ.)



ORGANOGRAMA III

ÓRGÃOS ADMINISTRADORES DA EDUCAÇÃO PAULISTA EM 1933

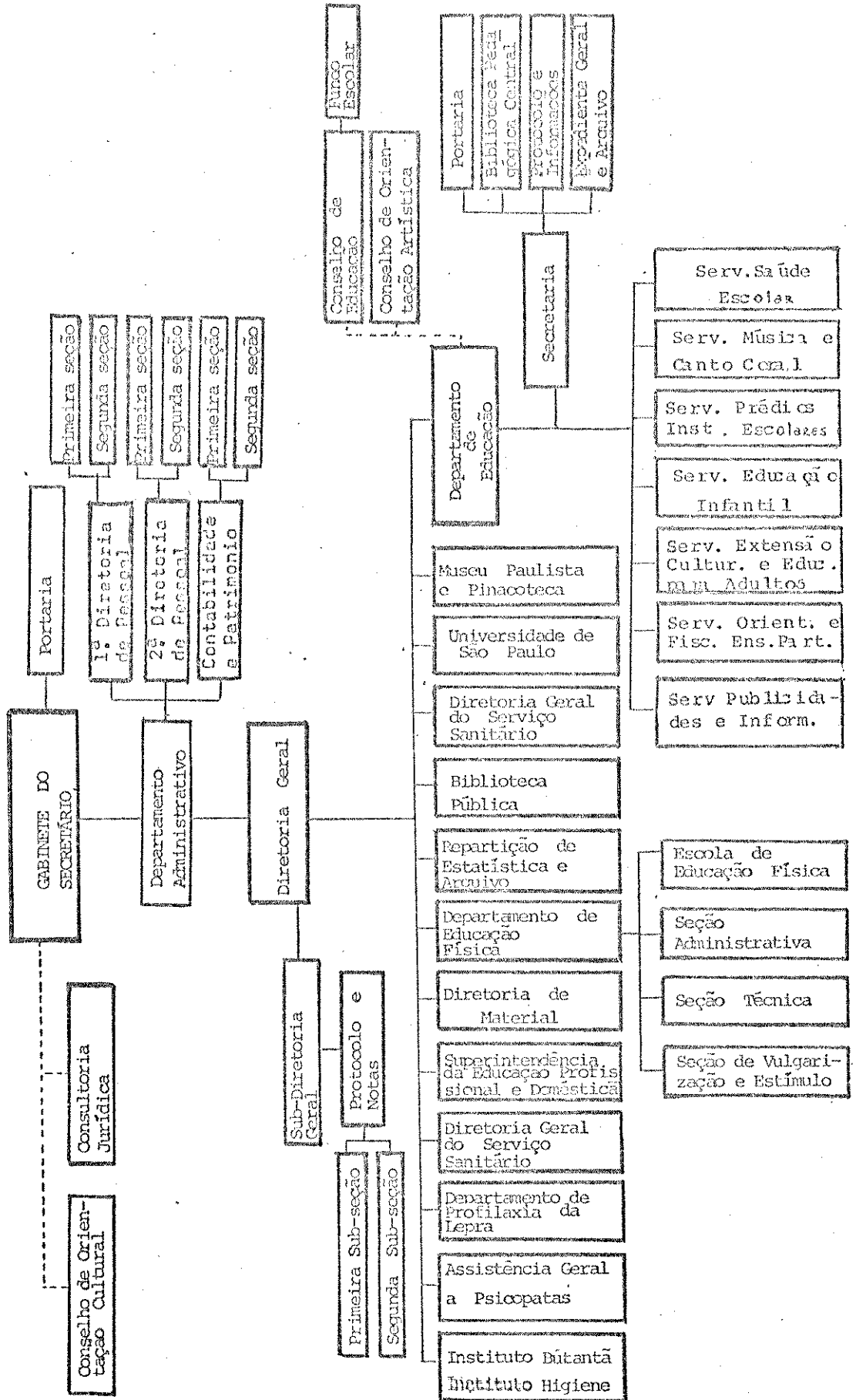
Decreto 5.828-04.02.1933 - (Gestão de Fernando de Azevedo - Dep. Educ.)



ORGANOGRAMA IV

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA - em 1935

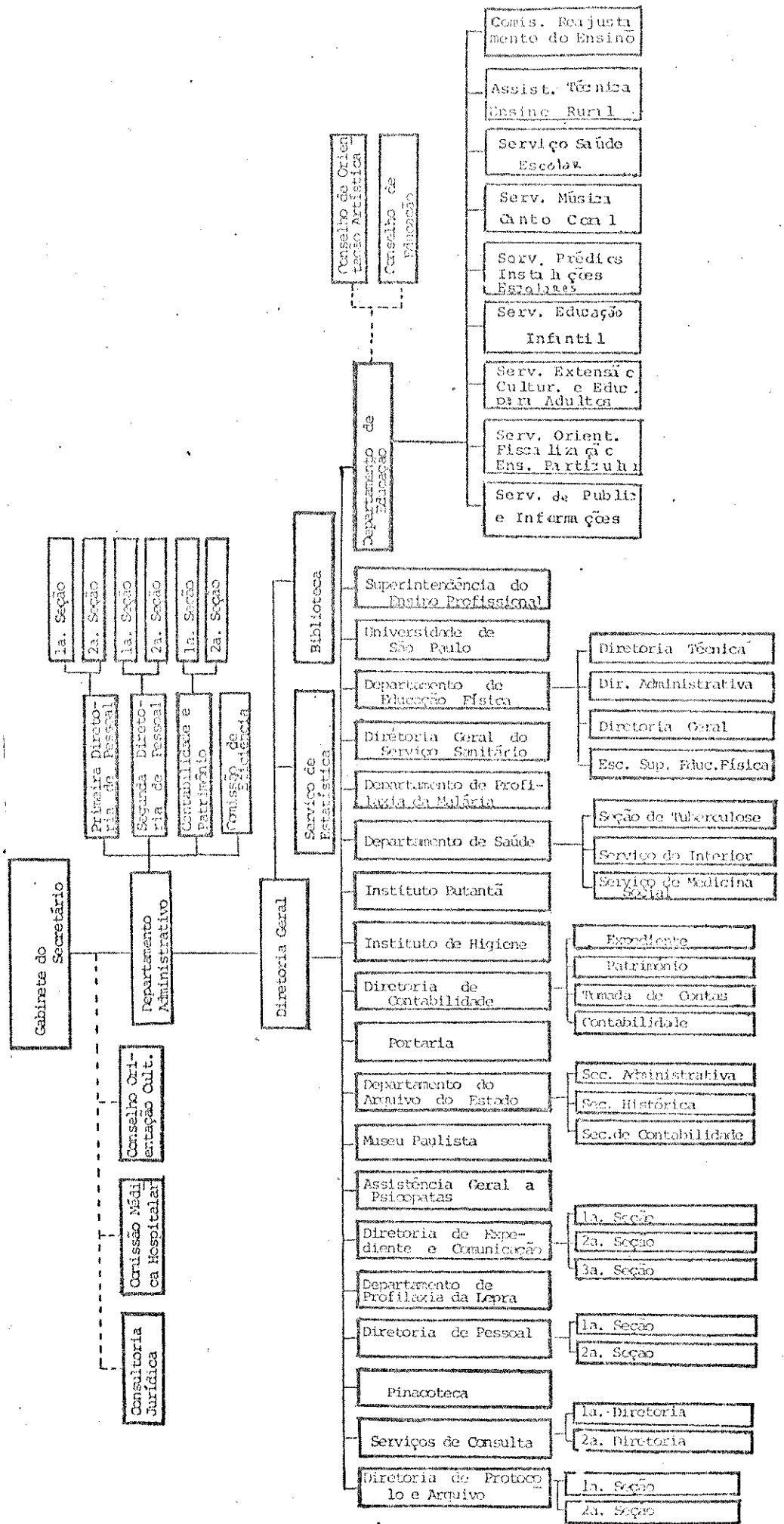
Decreto 7321 - 05.07.1935 e decreto 7339 - 05.07.1935  
(Gestão de A.F. Almeida Jr. - Dep. Educ.)



ORGANOGRAMA V

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA - 1939 a 1945

Des. de 10.3.39 - 16.06.1939



- CHAUI, Marilena S. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 2ª ed., SP, Ed. Moderna, 1981.
- \_\_\_\_\_. Seminários - O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. SP, Brasiliense, 1984
- COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. 2ª ed., RJ, Civ. Brasileira, 1967.
- CUNHA, Célio. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. SP., Autores Associados/Cortez Ed., 1981.
- CUNHA, Mário W.V. da. O Sistema Administrativo Brasileiro. RJ C.B.P.E., 1983.
- DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis para uma sociologia do dilema brasileiro. 2ª ed., RJ, Zahar, Ed, 1980.
- DEBRUN, M. "Reformas das Secretarias Estaduais de Educação e Cultura: Dificuldades e Descaminhos", in: Revista Brasileira de Estudos e Normas Pedagógicas, vol.56, Jan/set., 1971
- DEMANGE, Nilson J. Burocracia de Estado e Capitalismo. Tese de Doutorado, SP, USP, 1980.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Observações Sociológicas Sobre um Tema Controverso: População Rural e Educação em São Paulo. SP, USP, Tese de Doutorado, F.F.L.C.H., 1979.
- DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil. 1930-1945, Paz e Terra, 1978.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Globo, SP, Ed. da Universidade de S. Paulo, vol. I e III, 1976
- FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaios da História da República: 18-

- FAUSTO, Boris. A Revolução de 30: Historiografia e História. 2ª ed., SP, Brasiliense, 1972.
- FÁVERO, Osmar. "Política Educacional Brasileira: A Competência, o Poder e as Limitações do M.E.C.", in: Revista Fórum de Educação, 5(2), 29-38.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História das Violências nas Prisões. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 1986.
- GANDINI, Raquel P.C. Tecnocracia, Capitalismo e Educação em Anísio TEIXEIRA (1930-1935) RJ., Civilização Brasileira, 1980.
- LEME, Marisa Saenz. A Ideologia dos Industriais Brasileiros. (1919-1945) Petrópolis, Vozes, 1978.
- LINDAKER, Charles Richard. Burocracia Weberiana na Estrutura Educacional do Estado de São Paulo. Campinas, Unicamp/INEP 1974.
- LOURENÇO FILHO, M.B. Introdução ao Estudo da Escola Nova: bases sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12ª ed., SP, Melhoramentos, RJ.: Fundação Nacional do Material Escolar, 1978. (1ª ed., de 1929).
- \_\_\_\_\_ Organização e Administração escolar - curso básico. 7ª ed., SP., Melhoramentos, 1976.
- \_\_\_\_\_ Testes A.B.C. - Para a verificação da Maturidade Necessária à Aprendizagem da Leitura e da Escrita. 6ª ed. SP Melhoramentos, s/d.
- MARCUSE, Hebert. A Ideologia da Sociedade Industrial. 4ª ed.

- MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil(1939-1945)  
RJ., Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MEDEIROS, Maria Alice A. de. O Elogio da Dominação - relendo  
Casa Grande & Senzala. RJ, Achiamé, 1984.
- MELO, Luiz (org.) Dicionário de Autores Paulistas.SP. Comissão  
do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MENNUCCI, Sud. Cem Anos de Instrução Pública (1822-1922),SP,  
Ed. Salles Oliveira Rocha & Cia., 1932.
- \_\_\_\_\_ A Crise Brasileira de Educação: Oficinas Gráficas  
Irmãos Ferraz, SP, 1930.
- \_\_\_\_\_ A Educação Paulista.SP, Copag, 1930.
- \_\_\_\_\_ O Que Fiz e Pretendia Fazer.SP, Ed. Piratininga, 1932
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil -  
(1920-1945) SP, Difel, 1979.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. SP  
E.P.U., 1974.
- PAIM, Antonio. A Querela do Estatismo. RJ, Tempo Brasileiro,  
1978.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adul-  
tos. SP, Loyola, 1973.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil  
(1930-1973) Petrópolis, Vozes, 1978.
- SALLES OLIVEIRA, Armando de. Diagrama de Uma Situação Políti-  
ca: Manifestos políticos do exílio.SP. Renascença, 1945.
- \_\_\_\_\_ Discursos,SP., Siqueira, 1935.



- SALLES OLIVEIRA, Armando de. Para Que o Brasil Continue -discursos políticos.RJ., José Olympio, 1937.
- SANTOS, Luiz de Castro."O Pensamento Sanitário na Primeira República: uma Ideologia de Construção da Nacionalidade" in: Dados, Revista de Ciências Sociais, RJ, vol.28., nº2, 1985.
- SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis, Vozes,1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro.RJ, 2ª ed., Ed. Campus Ltda., 1982.
- \_\_\_\_\_. Tempos de Capanema.RJ: Paz e Terra, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SEGNINI, Liliana R.P. "Taylorismo: Uma Análise Crítica", in BRUNO, Lúcia e SACCARDO, Cleusa (coord.) Organização, Trabalho e Tecnologia.SP, Atlas, 1986.
- TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia:SP, Ática,1974  
\_\_\_\_\_. Administração, Poder e Ideologia:sP,Moraes,1980
- TAYLOR, Frederic W. Princípios de Administração Científica.- SP, Atlas, 1970.
- TENCA, Alvaro. Razão e vontade Política - o IDORT e a Grande Indústria nos Anos 30.Campinas. Tese de Mestrado.I.F.C.H. Unicamp, 1987.
- TORRES, Alberto. A Organização Nacional.2ª ed. SP, Ed. Nacional.2ª ed. SO, Ed. Nacional,1978
- VARGAS, Getúlio Doernelles. A Nova Política do Brasil. vol I II e III. RJ, José Olympio,1938.

- VARGAS, Nilton. "Gêneses e Difusão do Taylorismo no Brasil" in Ciências Sociais Hoje - 1985. (Anuário de Antropologia Política e Sociologia), SP, Cortez Editora, 1985.
- VIANNA, Oliveira. Direito do Trabalho e Democracia Social. RJ L. José Olympio Ed., 1951.
- \_\_\_\_\_ Problemas de Política Objetiva, 2ª ed., SP, Nacional.- 1947.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. Oliveira Vianna e o Estado Corporativo um estudo sobre corporativismo e autoritarismo. SP, Grigalbo, 1976.
- WEBER, Max. História Geral da Economia. SP, Mestre Jou, 1968
- \_\_\_\_\_ Economia y Sociedad. II, México, Fondo de Cultura Económica, 1974.
- \_\_\_\_\_ Ensaio de Sociologia. 3ª ed. RJ, Zahar, 1974.

## 2. FONTES DOCUMENTAIS

- . Revistas do IDORT publicadas no período entre 1931 a 1945
- . RAGE - Reorganização da Administração do Governo do Estado - IDORT, 1934.
- . Legislação Estadual:

## DECRETOS

Nº	ANO	Nº	ANO
4795	1931	6604	1934
4845	1931	6766	1934
4853	1931	7214	1935
4855	1931	7321	1935
4917	1931	7339	1935
4926	1931	7340	1935
4965	1931	7384	1935
5003-B	1931	(Lei)2524	1936
5152	1931	(Lei)3013	1937
5149	1931	8896	1938
5325	1932	9049	1938
5475	1932	9108	1938
5440	1932	9109	1938
5601	1932	9110	1938
5713	1932	9118	1938
5828	1933	9193	1938
5847	1933	9255	1938
5884	1933	9256	1938
5885	1933	9285	1938
6020	1933	9305	1938
6021	1933	9403	1938
6108	1933	9518	1938
6304	1934	9526	1038
6425	1934	9527	1938
6440	1934		

Nº	ANO	Nº	ANO
9605	1938	10623	1939
9708	1938	10880	1940
9709	1938	10913	1940
9786	1938	13614	1943
9872	1938	13625	1943
10124	1939	14483	1945
10134	1939	14495	1945
10178	1939	14542	1945
10249	1939	14557	1945
10302	1939	14606	1945
10311	1939	14784	1945
10397	1939	Resolução 154	1983

. Legislação Federal:

Decretos

Nº	ANO
19850	1931
19890	1931
21241	1932